

Sessão 15 – Texto 145

Técnica e Cultura Corporal; A especificidade da ginástica, projeto de extensão “Escola de Ginástica”

Área Temática: Educação

Telma Adriana Pacifico Martineli¹, Gustavo Laercio de Sá Faxina²

¹Prof.^a Depto de Educação Física–DEF/UEM, telmamartineli@hotmail.com

²Aluno do curso de Educação Física, bolsista PIBIC/UEM, gust.ldsfgmail.com

Resumo. *Nesta pesquisa tomamos como elementos técnicos específicos da ginástica os saltos e os equilíbrios, a partir do estudo da técnica de execução destes elementos e o seu desenvolvimento em crianças de 6 a 9 anos. A pesquisa possibilitou estudos teóricos e atividades de ensino dos elementos técnicos junto às crianças do Projeto de Extensão: Escola de Ginástica, do Departamento de Educação Física da UEM, durante quatro (4) meses. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: observação sistemática; filmagens; fotografias; análise e avaliação técnica dos alunos. Concluímos que os alunos aprenderam como executar os elementos ensinados, tiveram um avanço significativo durante o processo, entretanto, dada a complexidade técnica de execução dos saltos e equilíbrios ginásticos ensinados, aliada a pouca idade dos avaliados e ao nível de desenvolvimento de suas capacidades, os avanços dependem da continuidade do processo de ensino.*

Palavras-chave: Educação Física – Ginástica – Técnica

INTRODUÇÃO

A Educação Física como prática social e pedagógica se constitui fundamentalmente a partir das manifestações da cultura corporal: luta, dança, ginástica e esporte. A ginástica é um conteúdo histórico e de grande riqueza artística, técnica e científica e sua sistematização têm seu momento inicial a partir do século XIX (SOARES, *et al*, 1994). Embora as referências de ginástica atuais tenham como marcas principais o seu desenvolvimento técnico e científico na modernidade, a ginástica advém de períodos muitos remotos, como a antiguidade grega. As bases fundamentais da ginástica, suas características e formas técnicas foram constituídas neste período e retomadas na transição da idade média à modernidade. As bases fundamentais de organização e exercitação dessa atividade corporal se manifestaram em formas distintas, ainda que voltadas para o mesmo objetivo de formar e educar os homens para o novo modo de organização social.

Atualmente é possível identificar várias formas específicas de ginástica dividida em diferentes grupos característicos dessa prática na modernidade, entre elas as ginásticas ligadas às atividades circenses, de cunho artístico e cultural, as ginásticas de competição, como a ginástica artística, rítmica, acrobática, entre outras; as formas de exercitação voltadas a desenvolvimento postural e ao equilíbrio corporal, as ginásticas suaves, as de treinamento físico e estético corporal, entre tantas outras. Estas formas de manifestação das ginásticas atuais foram produzidas ao longo da história, embora com características e técnicas específicas de exercitação, apresentam os elementos

fundamentais: saltar, equilibrar, trepar/subir, girar, balancear.

Esta pesquisa teve como objeto central o estudo da técnica, como ela se manifesta nos elementos da ginástica e como se dá o processo de desenvolvimento destes elementos técnico nas crianças participantes do Projeto de Extensão Escola de Ginástica da UEM. O trabalho priorizou o ensino da técnica dos elementos de salto e equilíbrio, por meio dos processos pedagógicos, em vista de sua apropriação e aperfeiçoamento pelos alunos e o objetivo ora apresentado é analisar esse processo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve característica de intervenção técnico-pedagógica, utilizado como laboratório pedagógico crianças participantes do Projeto de Extensão “Escola de Ginástica” (proc.2827/2000), em que se buscou o seu desenvolvimento.

Foram desenvolvidas aulas duas (2) vezes por semana, com duração de 60 minutos por sessão durante quatro (4) meses, em que foram ensinadas as formas técnicas de saltar (grupado, tesoura), equilibrar (passé frontal e o avião), além do rolamento para frente. Participaram desta pesquisa 11 crianças de ambos os sexos de 6 a 9 anos de idade, do município de Maringá e região.

Os registros foram realizados ao final do processo de ensino por meio de uma ficha de observação e de avaliação técnica, fotografias e filmagens, elaborados e aprovados pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP-UEM). A ficha de avaliação técnica foi organizada a partir da divisão de cada elemento: preparação, execução e finalização, avaliados segundo a classificação bom(3), regular (2) e ruim (1). Os dados coletados foram submetidos à análise quantitativa e qualitativa para se obter os resultados da aprendizagem da técnica dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 11 crianças do Projeto “Escola de Ginástica”, ao iniciarem as aulas do projeto, demonstraram níveis variados de conhecimento da técnica dos elementos de salto e equilíbrio, pelo fato de dois (2) deles já terem participado de aulas sistematizadas de ginástica. Entretanto, todos demonstraram pouca elaboração técnica na execução dos elementos, registradas nas imagens e nas observações realizadas previamente, haja vista que quase a totalidade era iniciante nesta prática e só tiveram experiências espontâneas destes elementos em seu cotidiano. Durante o processo de aprendizagem os participantes evoluíram gradativamente e demonstraram motivação, pois o ensino era de caráter lúdico.

Tabela 1. Resultado da avaliação comparada em 3 crianças em relação a técnica corporal

Avaliados	Rolamento para frente	Salto grupado	Salto tesoura	Passé Frontal	Equilíbrio Avião
Criança A	(2) Regular	(3) Bom	(2) Regular	(2) Bom	(2) Regular
Criança B	(3) Regular	(3) Bom	(2) Regular	(2) Regular	(2) Regular
Criança C	(2) Regular	(2) Regular	(1) Ruim	(2) Regular	(3) Bom

Nos equilíbrios “passé” e no “avião” as crianças avaliadas, apresentaram uma qualidade regular de execução do movimento. De forma geral, não houve grande dificuldade para definir o posicionamento dos braços lateralmente, o tronco esteve ereto e alinhado, e a cabeça esteve voltada para frente, mas apresentaram dificuldades em manter-se em equilíbrio, bem como, demonstraram falta de amplitude e definição dos eixos e planos de movimentos das pernas. Ao considerar que estão em processo de formação da sua base biológica e de suas capacidades motoras, considera-se tais dificuldades características de crianças iniciantes e de pouca idade.

Já no rolamento para frente, as crianças tiveram dificuldade para projetar o corpo ao solo, e a maioria dos alunos não conseguiu elevar o quadril corretamente, comprometendo a execução correta do rolamento no chão, possivelmente explicadas por poucas experiências em atividades no solo em seu cotidiano e que precisam ser favorecidas no decorrer do processo. Neste elemento as crianças mantiveram a regularidade.

Nos saltos “grupado” e “tesoura”, as crianças foram avaliadas em escala regular na apropriação da técnica de execução, pois encontraram dificuldades no momento de impulsionar o corpo para cima, bem como na amplitude do movimento no ar e definição da forma do salto. Para tanto é necessário a capacidade de força, que somente será adquirida no processo de prática e desenvolvimento. Por isso considera-se que os avaliados apresentaram um nível satisfatório de aprendizagem deste elemento.

Tabela 2. Avaliação quantitativa dos movimentos executados pelos alunos

Avaliados	Rolamento para frente	Salto grupado	Salto tesoura	Passé Frontal	Equilíbrio Avião
Criança A	8	8	7	6	5
Criança B	10	8	7	6	5
Criança C	7	6	4	7	7

CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos, os alunos aprenderam a execução básica da técnica dos elementos ensinados, entretanto, seu aperfeiçoamento depende da continuidade do processo de ensino e aprendizagem, que promoverá uma melhora no desenvolvimento e desempenho técnico no futuro destas crianças. Com isso cabe dar continuidade a esta linha de pesquisa.

O presente trabalho permitiu uma rica experiência, tanto para os alunos, que iniciaram o processo de aprendizagem dos elementos da ginástica, como para o acadêmico de extensão universitária, de iniciar-se na extensão e na pesquisa do programa institucional de bolsa de extensão (PIBEX).

Agradecemos a Fundação Araucária e a Diretoria de Extensão (DEX) pela oportunidade que nos deram por ter acesso a novos conhecimentos na área de extensão universitária, em que nos enriqueceram e com certeza ajudarão para o desenvolvimento no futuro.



REFERÊNCIAS

FIG. Federação Internacional de Ginástica. **Código de Pontuação**. 2013. PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. 2. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 1994.

VYGOTSKY, LS. **Estudos sobre a história do comportamento: simios, homem primitivo e criança** / LS. Vygotsky e A.R. Luria; trad. Lólio Lourenço de Oliveira. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Sessão 15 – Texto 126

Um chamado à razão: a realidade do sistema prisional brasileiro e a atuação do Programa Patronato na reinserção de egressos penitenciários

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

**Marcos Leandro Klipan¹, Ana Priscila Vendramini², Camila Rocca Esquilage³,
Jenniffer Lucas⁴, Juliana de Oliveira Schweter⁵, Júlio César Freitas Giovanni⁶,
Mariane Gobbi⁷**

¹ Profº Depto de Psicologia do DPI/UEM, contato: mklipan@gmail.com

² Graduanda do 4º ano do curso de Psicologia da Uem, contato: anaprivendramini@gmail.com

³ Graduanda do 3º ano do curso de Psicologia, contato: camysquilage@gmail.com ⁴ Mestranda Depto de PPI/Uem, Psicóloga do Programa Patronato Penitenciário de Maringá, contato: jenniffer.lonkoski.lucas@gmail.com

⁵ Graduanda do 4º ano do curso de Psicologia pela Uem, contato: ju_schweter@hotmail.com

⁶ Psicólogo do Programa Patronato Penitenciário de Maringá, contato: julio_giovanni@hotmail.com

⁷ Graduanda do 4º ano do curso de Psicologia de UEM, contato: mahh.gobbi@hotmail.com

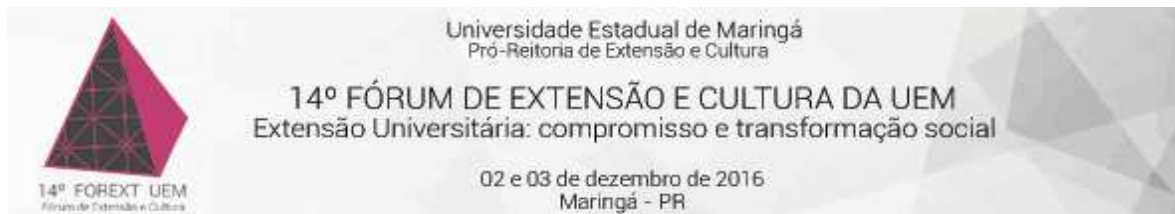
***Resumo.** O presente resumo tem por objetivo apresentar o Programa Patronato Penitenciário de Maringá, o qual possui a finalidade de assistir egressos penitenciários e beneficiários da justiça, a fim de reinseri-los socialmente. Além disso, a partir de algumas observações relacionadas à crise nas políticas carcerárias, serão pontuadas algumas dificuldades que se configuram nesta prática de extensão, à medida que o Estado e sociedade realizam a exclusão desse grupo de indivíduos dentro de seus direitos. Dessa maneira, a partir da descrição sobre a prática neste projeto de extensão, será realizado uma breve reflexão das questões concernentes a crise do sistema prisional e como ela pode influenciar diretamente na ressocialização desses indivíduos.*

***Palavras-chave:** crise nas políticas carcerárias – exclusão – ressocialização.*

INTRODUÇÃO

Tem-se assistido nos últimos tempos, um agravamento da crise vivida pelo sistema penitenciário brasileiro, ligada a inexistência de garantias mínimas para os condenados e o desrespeito à legislação ordinária e aos princípios dos direitos humanos. O que se questiona, é que esse aumento expressivo da população carcerária brasileira não tem assegurado ao país melhores indicadores de segurança pública, pelo contrário, a agregação dos apenados nas prisões coopera tanto para a reincidência, na medida em que dentro do sistema prisional formam-se facções criminosas, quanto para a reprodução da perversidade característica desse sistema, e que está a serviço da manutenção da desigualdade social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008).

Mesmo com a reforma do Código Penal Brasileiro em 1984, que passou a garantir ao apenado o direito à assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde, instituindo ao Estado o dever de dar essa assistência ao preso e ao



internado (MENDONÇA; PESSOA, 2008), se percebe na prática um descumprimento da lei, verificado pelos baixos índices de escolarização e do trabalho prisional; pelo número alarmante de mortes que acometem os indivíduos do sistema prisional e outros índices levantados pelo Ministério da Justiça (2014) que não são somente assustadores, mas que demonstram como o sistema prisional pode acentuar demasiadamente a dificuldade de ressocialização desses indivíduos.

No último levantamento realizado pelo Ministério da Justiça (2014) consta que há no Brasil 607.731 pessoas presas, índice que agravou a violação dos direitos e a falta de ambientes e atividades propícias à ressocialização, levando o Brasil a ter a quarta maior população prisional do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos, da China e da Rússia, e a ter a quinta maior taxa de presos sem condenação (SECRETARIA DA JUSTIÇA, 2016). A taxa de aprisionamento no país apresenta contradição em relação aos demais, visto que de 2008 a 2013 os Estados Unidos, a China e a Rússia tem reduzido o ritmo de encarceramento, ao passo que o Brasil vem acelerando seu ritmo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

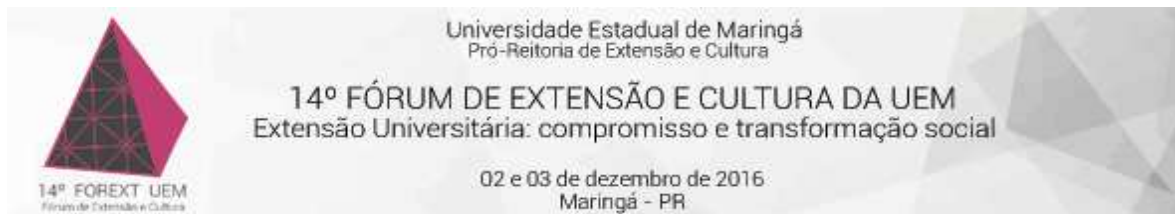
Essa lógica falida baseada na punição no contexto das prisões é identificada na prática em extensão do Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – Patronato, um dos órgãos de execução penal estabelecido pela Lei de Execuções Penais (LEP), destinado a prestar assistência aos albergados e egressos penitenciários que, em sua prática, identifica a necessidade de transformação do sistema prisional que se mostra ineficiente. No município de Maringá, é um projeto vinculado a Universidade Estadual de Maringá (UEM), possuindo parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) e a Secretaria da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais e graduandos das áreas da Psicologia (6), do Direito (7), do Serviço Social (6), da Pedagogia (3), e um coordenador geral (PROGRAMA PATRONATO DE MARINGÁ, 2015).

São próprios da área da Psicologia a realização de triagem psicológica, o encaminhamentos para os serviços da rede pública quando necessário, a realização e fiscalização dos acompanhamentos psicossociais. A participação da Psicologia na realização das triagens visa, a partir de uma escuta qualificada, proporcionar um espaço de fala ao assistido e a coletar dados relacionados a sua história de vida. Quanto a realização dos Acompanhamentos Psicossociais, essa prática visa acompanhar como tem ocorrido a reinserção social do assistido.

Nesse sentido, o psicólogo atua nessa frente de trabalho a partir de uma visão humanizada do sujeito e o compreende inserido em um contexto social. Assim, a Psicologia como uma das áreas presentes no Programa Patronato, é uma ferramenta que objetiva minimizar as influências negativas do sistema prisional, promovendo a reinserção social do assistido, respeitando a integridade do sujeito assim como prevê os direitos humanos, proporcionando um espaço para que haja a valorização do sujeito enquanto um ser de direitos, não minimizado ao delito ao qual foi acusado (RIBEIRO, 2015).

OBJETIVO DO RESUMO EXPANDIDO

Apresentar algumas questões concernentes a crise do sistema prisional e como ela pode



influenciar diretamente na ressocialização dos indivíduos atendidos pelo Programa Patronato.

OBJETIVO

Apresentar algumas questões concernentes à crise do sistema prisional como agravante ao processo de ressocialização do egresso, traçando um paralelo com as contribuições do Programa Patronato, mais precisamente da Psicologia, como uma proposta intervenção.

METODOLOGIA

Este trabalho visa contrastar a prática exercida no Programa Patronato com as literaturas que discorrem sobre a situação do sistema prisional brasileiro atual. Para tanto, os dados obtidos acerca do Programa Patronato de Maringá foram retirados de documentos que abordam sobre a atuação desse projeto de extensão, as descrições de cargo que pautam o trabalho institucional. Com relação às referências da literatura utilizadas para discutir a crise do sistema prisional, foram retiradas de bancos de dados online, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS

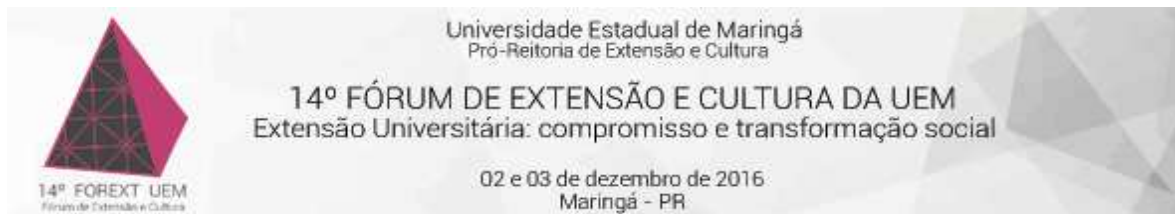
Sendo o Programa Patronato um órgão de execução penal que visa à reinserção social de apenados da justiça, compreende-se através da prática em extensão que este contribui em vários âmbitos da vida do assistido, à medida que proporciona um espaço de escuta e reflexão acerca de seu delito. A partir da discussão em equipe, pôde-se implementar a elaboração de novas metodologias de trabalho, por meio da elaboração planilhas e outros tipos de documentos.

Um avanço proporcionado por essa prática em extensão foi a retomada do Basta, Programa voltado para a atenção ao autor da violência doméstica e familiar. O Programa Basta é realizado semanalmente a partir de palestras executadas pela própria equipe multidisciplinar do Programa Patronato, e que visam discutir sobre a violência de gênero.

Em contrapartida, encontraram-se dificuldades na inserção dos assistidos no mercado de trabalho, pois frequentemente essa massa de egressos carcerários são tidos como um grupo marginal, tratados como uma minoria improdutiva, marcada pela impossibilidade de mudanças. Outra dificuldade nessa inserção do assistido no mercado de trabalho vincula-se a falta de profissionalização, uma vez que em média, a formação dos encarcerados no país não ultrapassa o ensino fundamental (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

CONCLUSÕES

Com relação à problemática do encarceramento no Brasil, vinculado a dificuldade de ressocialização do egresso penitenciário, o Conselho Federal de Psicologia (2008) indica algumas soluções interessantes para a implementação de políticas mais eficazes, como o aumento da implementação de penas alternativas, deixando as penas privativas



de liberdade para os casos em que não há verdadeiramente a possibilidade desses indivíduos conviverem em sociedade; a necessidade de se trabalhar seriamente a opinião pública, esclarecendo os riscos que são assumidos pelas estratégias de prisões massivas; o encaminhamento dos casos de abuso de drogas para os sistemas públicos de saúde; e oportunizar aos indivíduos encarcerados a oportunidade de trabalho e estudo, o que auxiliaria a sua entrada no mercado de trabalho após a sua libertação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008).

Defende-se que essas e outras transformações nas políticas penitenciárias forneceriam ao Programa maior facilidade no acompanhamento desses indivíduos e, sobretudo, maiores oportunidades de ressocialização. Mas até que tais transformações não ocorram, a Psicologia pode auxiliar o sujeito a alcançar esta reinserção social de forma mais satisfatória, a partir do seu olhar sobre o egresso como um ser de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Execução Penal (1984). Lei de Execução Penal: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Falando sério sobre prisões, prevenção e segurança pública. Proposta do Conselho Federal de Psicologia para o enfrentamento da crise do sistema prisional. Brasília: CFP, 2008. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cartilha_falando_serio.pdf>. Acesso em 01 nov. 2016.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen – Junho de 2014. 2014. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

MENDONÇA, Claudiane da Silva; PESSOA, Raimundo Wellington Araújo. A importância das penas alternativas na ressocialização do apenado. Rev. Panóptica, ed. 14, p. 54-82, 2008. Disponível em: < http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/Op_3.3_2008_54-82/172>. Acesso em 30 out. 2016.

REDE JUSTIÇA CRIMINAL. **Quais são os números da justiça criminal no Brasil?**. Informativo Rede Justiça Criminal, São Paulo, n. 8, 16 p., jan. 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/b948337bc7690673a39cb5cd b10994f8.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2016.

RIBEIRO, Franclides Corrêa. **Sistema Penitenciário Brasileiro: Um Estudo de Caso**. 2005, v 1., Dissertação (Especialização em Segurança Pública) – Centro de Ensino da Polícia Militar da Paraíba, João Pessoa, 2005.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Patronato Municipal: Municipalização da Execução das Alternativas Penais. 2013. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf>. Acesso em 01 nov. 2016.



Sessão 15 – Texto 127

PROGRAMA PATRONATO DE MARINGÁ E SUA ATUAÇÃO PARA UMA MUDANÇA SOCIAL

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Marcos Leandro Klipan¹, Amanda de Souza Scapim², Ana Carolina Eugenio³, Ana Priscilla Vendramini⁴, Adriele Colontonio Caberlim⁵, Bruno Guilherme Baptistoni⁶, Daniela Dias Ghiraldi⁷, Felipe Violi Monteiro⁸, Fernando Henrique Rodrigues⁹, Hemerson Wesley Maziero¹⁰, Jenniffer Lucas¹¹, Juliana de Oliveira Schweter¹², Julio Cesar Freitas Giovanni¹³, Laura Cristina Alves da Silva¹⁴, Lislaine Caroline Ponce¹⁵, Mariane Gobbi¹⁶, Paula da Silva Benites¹⁷, Rafael Pereira¹⁸, Santiago Querol Pinto¹⁹, Simone Yuriko Tanaka²⁰, Tainara Salviato²¹

¹Prof.º do Dpto de Psicologia – DPI/UEM, contato: mklipan@gmail.com

²Aluna de Administração, bolsista SESP/PR, contato: amandass1902@hotmail.com ³Pedagoga do Patronato, bolsista SETI/PR, contato: ace_carolina@hotmail.com

⁴Aluna de Psicologia, não bolsista, contato: anaprivendramini@gmail.com

⁵Aluna de Direito, bolsista SESP/PR, contato: adrielecolontonio@hotmail.com

⁶Aluno de Direito, não bolsista, contato: bruno_baptistoni@hotmail.com

⁷Advogada do Patronato, bolsista da SETI/PR, contato: danighiraldi@hotmail.com

⁸Aluno de Administração, bolsista SESP/PR, contato: felipe_viola@hotmail.com

⁹Assistente Social do Patronato, bolsista SETI/PR contato: fernandoh.rodrigues@hotmail.com

¹⁰Assistente Social do Patronato, bolsista SETI/PR contato: hwmaziero@gmail.com

¹¹Psicóloga do Patronato, bolsista da SETI/PR, contato: danighiraldi@hotmail.com

¹²Aluna de Psicologia, bolsista SESP/PR, contato: ju_schweter@hotmail.com

¹³Psicólogo do Patronato, bolsista da SETI/PR, contato: julio_giovanni@hotmail.com

¹⁴Aluna de Serviço Social, bolsista SESP/PR, contato: laurac.alves@hotmail.com

¹⁵Aluna de Pedagogia, bolsista SESP/PR, contato: lis.karolline@hotmail.com

¹⁶Aluna do Psicologia, bolsista SESP/PR, contato: mahh.gobbi@hotmail.com

¹⁷Aluna de Serviço Social, bolsista SESP/PR, contato: paula_benites11@hotmail.com

¹⁸Aluno de Direito, não bolsista, contato: rafaelpereir_a@hotmail.com

¹⁹Aluno de Direito, não bolsista, contato: santiagoquerol@outlook.com

²⁰Advogada do Patronato, bolsista da SETI/PR, contato: simoneyuriko@gmail.com

²¹Aluna de Direito, bolsista da SESP/PR, contato:salviatotainara@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar o Programa Patronato de Maringá, que é um projeto de extensão no qual fiscaliza as penas e medidas alternativas em meio aberto, como também tem a finalidade de promover assistência ao egresso do sistema penitenciário e a reintegração social. O atendimento é realizado a partir de uma equipe multidisciplinar composta pelas áreas de Direito, Administração, Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, que buscam em conjunto apresentar mecanismos para que os assistidos possam gozar de seus direitos. Busca-se nesse resumo demonstrar como cada equipe trabalha para contribuir para a mudança social.

Palavras-chave: patronato – medidas alternativas – mudança social.

1. DO PROGRAMA PATRONATO

O Programa Patronato surgiu por meio da Lei de Execuções Penais (Lei n 7.209/84) que prevê a assistência ao apenado, onde teve o início de suas atividades em outubro de



2013, na cidade de Maringá. Composto por uma equipe multidisciplinar em cinco áreas do conhecimento, sendo elas Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária - Departamento de Execução Penal – DEPEN, os objetivos do programa se dividem em prestar assistência aos albergados e aos egressos, fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim-de-semana, orientar os condenados à pena restritiva de direitos, colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional, acompanhar os egressos no seu cumprimento da pena e desenvolver projetos de pesquisa para se obter dados reais sobre a situação da criminalidade e o cumprimento pena da prestação de serviço da comunidade, visando assim a reintegração social dos indivíduos atendidos pelo programa.

O Programa Patronato de Maringá adquire seu público oriundos da Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Eleitoral e a Justiça Federal encaminham indivíduos para cumprirem medidas alternativas à pena (transação penal e suspensão condicional do processo), como também apenados condenados a pena restritiva de direito, ou a pena privativa de liberdade em regime aberto, todos com a condição de prestação de serviço à comunidade. Já a Justiça Estadual, encaminha assistidos por intermédio do Juizado Especial Criminal (JECRIM), da Vara de Execuções Penais (VEP), da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) e da 5ª Vara Criminal – Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos.

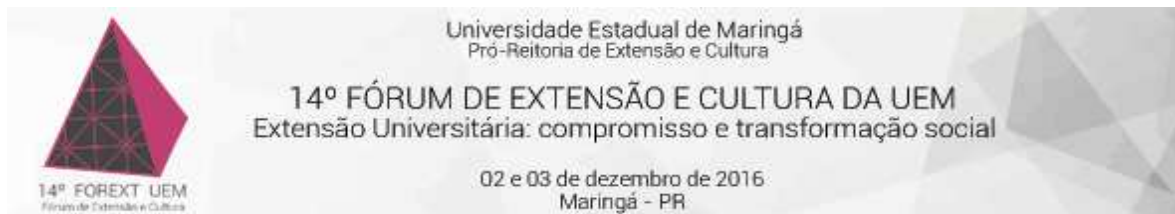
2. DA CONTRIBUIÇÃO DE CADA ÁREA PARA A MUDANÇA SOCIAL

Apresentada em apertada síntese a estrutura e os objetivos do Programa, neste momento apresentar-se-ão as atividades que cada área de atuação executa para contribuir com a mudança social dentro da extensão universitária.

Para a área jurídica, a mudança social acontece quando o juízo aplica as penas e medidas alternativas no lugar das penas privativas de liberdade. Assim, os assistidos mantêm o vínculo familiar e as relações interpessoais, além de contribuir para a sociedade (por exemplo, nos casos de prestação de serviço à comunidade), promovendo a sua integração social e tem caráter educativo que são finalidades desses tipos de medidas. Também contribui para o declínio do problema com a superlotação das unidades penais, sem prisões desnecessárias.

Fica a cargo da equipe jurídica, orientar e fiscalizar as condições impostas no regime aberto, livramento condicional, transação penal, suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena e medida de segurança em tratamento ambulatorial. Para isso, pleiteia em juízo pedido de benefícios, como indulto, comutação, remição de pena, bem como informar periodicamente a situação do assistido por meio de ofícios para o Poder Judiciário.

A equipe da Psicologia tem como objetivo proporcionar um espaço de escuta e acolhimento para os assistidos, acolhimento este que opera na produção da (re)colocação do sujeito na realidade urbana (PITIA, SANTOS, 2006). Para isso, se utiliza das triagens, pela qual todos os assistidos estão submetidos para efetivarem a



matrícula no programa, e pelo Acompanhamento Psicossocial, que pode ser obrigatório (segundo determinação judicial) ou uma alternativa colocada pela equipe, diante necessidade. Nestes acompanhamentos os assistidos têm espaço para se expressarem, compartilhando seus conflitos e eventos que gostariam de falar sobre, repensando seus comportamentos.

Além disso, a referida equipe é também responsável por alguns encaminhamentos, sendo eles para as diversas instituições da rede de apoio do município, como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Programa de Atenção à Dependência Química (PADEQ) e outros grupos de apoio. Essas intervenções visam recuperar os apenados para que estes possam ser reintegrados ao convívio social, buscando reestruturar o sujeito para que este não volte a delinquir (FIGUEIREDO NETO, MESQUITA, TEIXEIRA, ROSA, 2009). Ademais é realizada orientação familiar, e visitas domiciliares e institucionais, quando necessário.

O pedagogo no Programa Patronato de Maringá exerce um papel político e social, partindo do pressuposto que as aptidões humanas são geradas pelos próprios homens na medida em que vão criando o seu mundo e sua identidade, ou seja, o indivíduo se adapta e se "humaniza" de acordo com os estímulos do seu meio (LEONTIEV, 1978). Neste sentido, de forma mais ampla e prática, a área da Pedagogia viabiliza a continuidade dos estudos por meio da inserção na Educação de Jovens e Adultos, assim como em cursos profissionalizantes disponíveis de forma gratuita pelo município de Maringá. Além disso, busca a possibilidade da inserção no mercado de trabalho, entrando em contato com instituições particulares, objetivando um convênio das mesmas no Projeto Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça.

No que diz respeito às atribuições pertinentes ao Serviço Social, o processo de inserção social dos assistidos, ou ainda, o processo de propor novos vínculos sociais junto às políticas públicas que promovam a cidadania, o direito social e as demais políticas, o papel dos assistentes sociais não se limita ao simples acompanhamento das medidas impostas em Juízo.

A partir da análise e acompanhamento dos casos através das triagens e acompanhamentos, a área propõe, como supra mencionado, o fortalecimento ou a retomada de direitos dos indivíduos através de contatos, informações e encaminhamentos a rede de atendimento social, sendo estas os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares, Conselho da Comunidade de Execuções Penais, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Associações da Sociedade Civil, dentre outros. Tais encaminhamentos visam à satisfação das necessidades básicas dos assistidos do Programa, de forma a fortalecer seu pertencimento social e seus vínculos, criando e propondo caminhos para a cobertura total das vulnerabilidades existentes e futuras, de forma a possibilitar caminhos que o auxiliem na construção de novas organizações de vida que não o levem a resolver seus conflitos e problemas de maneiras contrárias a lei e lhes impliquem novos processos ou problemas judiciais.

Para que as equipes trabalhem em harmonia e de maneira ordenada, a equipe de administração tem relevante atuação, na medida em que realizam todas as atividades de cunho gerencial, estas situadas nas subáreas como administração financeira, de recursos humanos, de logística e materiais, bem como todo apoio às demais áreas, no que se



refere a processos e indicadores. Além do desenvolvimento de atividades específicas, como por exemplo, criação de editais, elaboração de recibos, levantamento de informações, criação de indicadores e relatórios, gestão de materiais e despesas, previsão orçamentária, programação de atividades e outras atividades correlatas, compete à equipe de Administração, uma busca contínua pelo aprimoramento da realização das atividades e a introdução de novos instrumentos e práticas que favoreçam a execução das mesmas. Conforme se verifica, a área de administração é responsável pela integração e estruturação das demais áreas contidas no programa, assim como responsável pelo controle e gestão gerencial da organização.

O Programa Patronato entra em sintonia com o papel da extensão universitária, e representa a corresponsabilidade social da universidade pelo sistema penitenciário, de maneira a apresentar uma nova ótica mais humanizada e não somente auxiliar no processo de fiscalização das penas.

Não restam dúvidas de que este projeto de extensão é ferramenta de mudança social de maneira bastante abrangente, vez que para seus membros a experiência é enriquecedora, além de proporcionar mecanismos para assegurar direitos àqueles que, por motivos diversos, encontra-se em conflito, seja com a Justiça, seja com eles mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Leinº 7.210 de 11 de julho de 1984* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 01 nov. 2016.

Departamento de Execução Penal, Patronato Penitenciário do Paraná – PCTA. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>. Acesso em 03 de Novembro de 2016.

FIGUEIREDO NETO, M. V.; MESQUITA, Y. P. V. O.; TEIXEIRA, R. P.; ROSA, L. C. S. *A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 65, jun 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6301. Acesso em out 2016.

LEONTIEV, Alexis. *O Homem e a Cultura*. In: *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978. p. 261-284.

PITIA, A. C. A.; SANTOS, M. A. O acompanhamento terapêutico como estratégia de continência do sofrimento psíquico. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, ago. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762006000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em out. 2016.

Sessão 15 – Texto 160

HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA: A HORTA COMO LABORATÓRIO NATURAL INTEGRANDO ESCOLA E COMUNIDADE.

Eduardo A. Salvalagio Rodrigues.

Palavras-Chave: agricultura orgânica; inclusão social; meio ambiente.

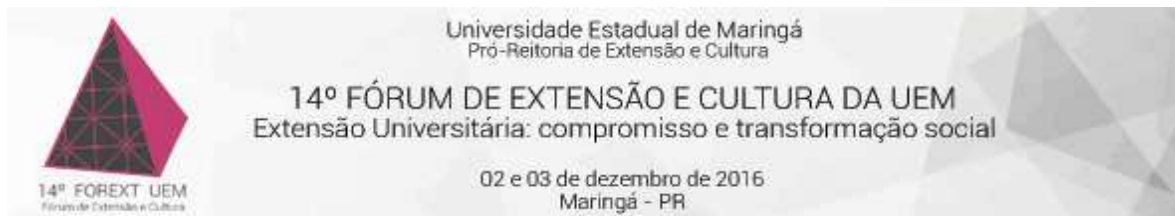
INTRODUÇÃO

Nesse projeto, profissionais e acadêmicos terão que se adequarem as realidades locais, permitindo o uso de metodologias como Unidade Demonstrativa, Palestras e Reuniões Práticas para promover o objetivo principal do projeto. Considerando que em nossa produtividade agrícola existe uma heterogeneidade na prática agrícola quanto ao domínio das práticas de uso da terra. Em nossa sociedade competitiva, a busca pelo entendimento do que é cidadania, pluralidade e igualdade em favor da pessoa que trabalha no campo não pode estacionar. O aprofundamento e o estabelecimento do conhecimento da prática agrícola encontra-se necessário para promover a valorização do que a terra oferece como resposta de seu uso. Diante disso, a agricultura orgânica vem de encontro com essa ideia, pois tem forte ligação entre a saúde do solo e do ser humano, além de promover a conservação do meio ambiente e preservação da biodiversidade. Assim, esse trabalho busca acabar com as ideias e práticas discriminatórias com as pessoas do campo. Nesta perspectiva o trabalho de forma interdisciplinar visa oferecer a toda comunidade escolar uma aprendizagem qualificada, tendendo a preservação ambiental e produção consciente.

METODOLOGIA

Será instalada uma horta orgânica no Colégio Estadual Santa Maria Goretti, com envolvimento de pessoas docentes e discentes e pessoais de manutenção das hortas. A pesquisa terá caráter qualitativo acompanhado de pesquisas bibliográficas e explicativas. A pesquisa bibliográfica consiste na procura de referências publicadas em livros, artigos e documentos, para tomar conhecimento sobre o assunto. Na explicativa, aprofundamos o conhecimento sobre a realidade. Temos como etapas no trabalho:

- Pesquisa bibliográfica sobre o tema;
- Levantamento de dados junto a escola;
- Trabalho em sala de aula com alunos e professores sobre o projeto explicando seus objetivos;
- Ações de preservação ambiental;
- Organização de grupos para atividades teóricas para as atividades que desenvolvem o projeto.
- Apoio e subsídios relativos à construção de canteiros, espécies de sementes e períodos de cultivo, orientação prática de sementeiras e transplantes, práticas ecológicas e de saúde que incluem as funções dos alimentos energéticos, construtores e reguladores.



OBJETIVO

Tem como objetivo dar oportunidade a comunidade escolar condições de avaliação e aproveitamento de recursos para a realização de atividade produtiva, buscando evitar problemas ambientais e dando possibilidade de experimentação e a vivência no ambiente onde se localiza o trabalho.

A oferta de condições para o cultivo de hortaliças, de forma orgânica, visa a melhoria da qualidade do ambiente e de suas alimentações. Dessa maneira, incentiva o respeito a terra e seus produtos, valorizando a natureza e a relação harmônica homem/meio.

Promover a integração e ação dos alunos no comprometimento com a produção e com as questões de ecologia, tendo como instrumento o cultivo de hortaliças, ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

Por fim, podemos afirmar que é um resgate da cultura popular através das plantas, promovendo contudo o hábito de consumo de produtos orgânicos.

REFERÊNCIA

RUIZ, Marcos. **Como elaborar uma pesquisa**: Petrópolis, Vozes, 2005.

BIASI, C. A. F. **Métodos e meios de comunicação par a extensão rural**. Secretaria da Agricultura, Paraná.

SARIEGO, J. C. **Educação ambiental**. São Paulo, Scipione, 1994.

Sessão 19 – Texto 149

ATIVIDADES RÍTMICAS E DANÇANTES COM OS IDOSOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO “CULTURA CORPORAL PARA IDOSOS”

Área Temática: Saúde

Laura Silvério Silveira¹, José Alípio Garcia Gouvêa², Telma Adriana Pacifico Martineli³

¹Aluna do curso de Educação Física-UEM bolsista PIBIS/UEM, ls_silveira@outlook.com

²Mestre em Promoção da Saúde – Membro atuante no Projeto de Extensão “Cultura corporal para idosos”
alipiopiu@hotmail.com

³Prof.^a Dra. Depto de Educação Física-DEF/UEM, telmamartineli@hotmail.com

Resumo. *O envelhecimento é um processo natural que traz consigo perdas físicas, cognitivas e sociais. Este resumo expandido, por meio de um relato de experiência, tem como propósito apresentar os trabalhos desenvolvidos no “Projeto de Extensão: Cultura Corporal para Idosos” (proc. 12/970/2013) do Departamento de Educação Física da UEM, campus sede, que promoveu a implantação de atividades rítmicas e dançantes para os idosos participantes do projeto viabilizando a produção de uma metodologia própria para esta atividade. Incorporando pesquisas sobre o tema. Conclui-se que os primeiros cinco meses da prática de atividades rítmicas e dançantes proporcionou significativas melhoras no capô físico, cognitivo e social.*

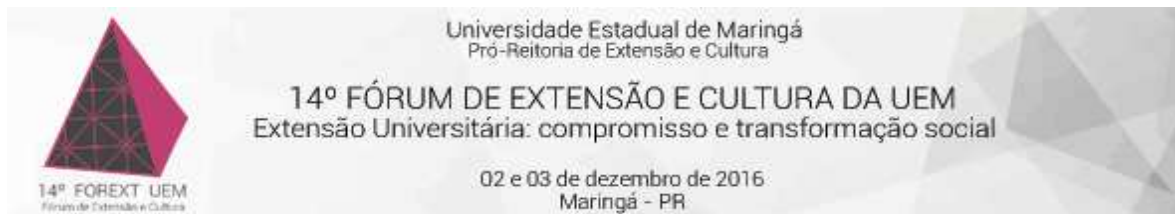
Palavras-chave: Educação Física –Dança– Terceira Idade

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2005, idoso é a definição do cidadão com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento e 65 anos em países já desenvolvidos. Entretanto, o envelhecimento é um processo degenerativo, gradual e irreversível, levando ao idoso perdas como equilíbrio, mobilidade, capacidades fisiológicas, e ocorram modificações psicológicas (NAHAS 2006). A prática regular da atividade física sistematizada segundo “Rebelatto” (2006) é uma importante ferramenta na manutenção da saúde em qualquer idade. E muito importante para amenizar tais percas que ocorrem com o envelhecimento.

Autores como Emanuel (2010), Mazo (2004), Sebastião (2008), estudam e pesquisam a dança para idosos e comprovam sua importância. Considerando este um campo vasto a ser investigado e a ser elaboradas propostas de trabalho com a terceira idade, especialmente no que se refere à Educação Física.

Programas e projetos em instituições desenvolvem trabalhos com idosos, tendo a dança como atividades proposta. O trabalho “Efeitos da prática regular de dança na capacidade funcional de mulheres acima de 50 anos” desenvolvido pelo Programa de Atividade Física para Terceira Idade (PROFIT) da UNESP – Rio Claro, apresenta resultados que indicam melhora significativa na resistência dos membros superiores e coordenação motora e manutenção da agilidade e equilíbrio, flexibilidade e capacidade aeróbia.



O Projeto “Cultura Corporal para idosos” da UEM, Campus Maringá, vinculado ao Programa Centro de Referência do Envelhecimento (PROCERE) e a Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI) teve seu início em 2014, oferecendo aulas de ginástica para a terceira idade. Em 2016 incorporou em seu programa atividades funcionais, esportes, exercícios resistidos e atividades rítmicas e dançantes. No que se refere a esta última atividade, seu objetivo é promover a prática de atividades rítmicas com os idosos participantes do Projeto de Extensão “Cultura Corporal para Idosos”, a fim de aprimorar as capacidades funcionais contribuindo para o dia a dia dos alunos participantes. Essas capacidades funcionais incluem, capacidade aeróbia e cognitiva, equilíbrio, coordenação motora, além de proporcionar ao grupo interações sociais, autoconhecimento e superação de obstáculos pessoais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho refere-se a um relato de experiência sobre o desenvolvimento das aulas de ritmos no Projeto de Extensão “Cultura Corporal para Idosos” na cidade de Maringá/PR e avaliação dos resultados preliminares a partir das observações sistemáticas, contidas nas fichas de observação, e da participação e frequência dos alunos.

O programa foi desenvolvido no primeiro semestre do ano de 2016, que se estenderam do mês de fevereiro ao mês de julho, totalizando cinco meses, no Departamento de Educação Física da UEM. Este foi composto inicialmente por trinta idosos inscritos, sendo 29 (96,66%) do sexo feminino e 1 (3,33%) do sexo masculino. São oferecidas duas aulas de ritmos durante a semana com duração de sessenta minutos, na qual priorizou-se ritmos latinos e nacionais de diferentes épocas, cuja metodologia de trabalho pedagógico com os idosos podem ser descritas de tal forma:

As aulas transcorreram-se desta forma: Escolhas das músicas considerando a aceitação do grupo, levando em conta a letra destas; elaboração dos passos que serão aplicados atendendo grupo como um todo e os níveis de intensidade de cada coreografia, que pode ser organizadas para o progresso das capacidades cardiorrespiratórias, força, equilíbrio, agilidade dentre outras; explicação, ensino e pequeno treino dos principais passos de determinada coreografia antes de sua aplicação; feedback através da reação do grupo diante a coreografia estabelecida, sobre a música e os passos aplicados, que são perceptíveis já durante a execução e, através de determinado comportamento, identificar as facilidades, obstáculos e a perspectiva para as próximas aulas. Este planejamento se orienta nas três fases do período observado apresentado a seguir.

A 1º fase constituiu-se da exploração do aluno com a dança, a fim de dar margem para o professor conhecer seu aluno e a sua afinidade com a dança. Esta etapa serve como piloto das aulas, já que avaliou o ritmo dos alunos, percepção de espaço, lateralidade, gostos musicais, agilidade, interação com outros participantes. Se priorizou músicas lentas com passos simples, poucas variações e dinâmicas que aproximassem o grupo.

2º estágio teve por característica maior interação entre o grupo. Neste momento se conheceu algumas limitações deste e sua receptividade. Aqui, houve uma evolução a que se refere ao tempo musical, aumentando-a, porém foi mantido os passos com pouca combinações de movimentos.

A 3º fase foi objetivada por uma significativa evolução em comparação à 1º fase. Nesta encontrou-se passos mais elaborados e uma maior sincronização entre os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se trata de idosos e dança, essa forma de expressão do corpo é muito bem aceita por essa população, sendo ela de forma livre ou sistemática. Além dos benefícios físicos, a dança traz para os idosos ganhos em suas relações sociais, aumentos de sua expressividade e criatividade, recordação de suas lembranças (MAZO, 2004)

De acordo com o autor acima citado a prática da dança pela população idosa vem aumentando gradativamente. Um fato que confirma esse ponto é a significativa aprovação dos alunos participantes do nosso grupo de ginástica Viva a Vida da cidade de Maringá/PR em relação à implementação de aulas de ritmos, tendo em vista a frequência dos alunos (as) e a procura por novas vagas por idosos já membros do projeto, como também os que ainda não eram participantes.

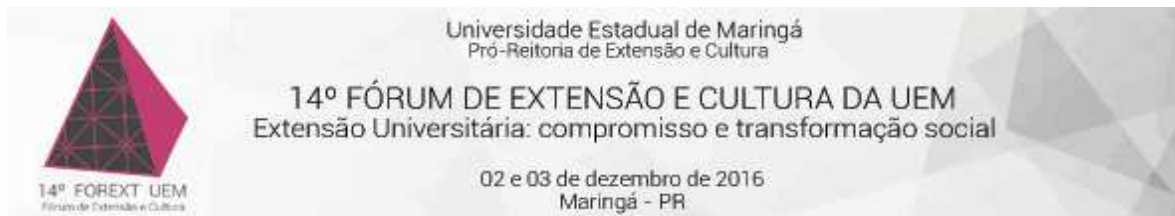
Para Emanuel (2010), o trabalho com a dança proporciona uma gama de benefícios físicos para o idoso, sendo eles: maior oxigenação do cérebro, melhora na capacidade motora e cognitiva, fortalecimento dos músculos, estimulação no funcionamento das glândulas, autoconhecimento, aumento da autoestima e criatividade, entre outros. Além dos benefícios físicos citados acima, a maior contribuição da dança na vida do idoso segundo o autor é o fator social, já que a maioria dessas atividades são feitas em grandes grupos, o que facilita as relações pessoais, levando em conta que na terceira idade há grandes índices de depressão.

No projeto realizamos testes de avaliação das capacidades funcionais em geral, para as aulas de ritmos contamos com estes testes: *marcha; sentado, caminhar 2,44m e voltar a sentar; levantar e sentar na cadeira; equilíbrio uni podal; flexão de antebraço; sentar e alcançar*; para obter os resultados quantitativos das capacidades aeróbias, forças dos membros inferiores e superiores, equilíbrio, agilidade e flexibilidade. A coleta de dados do “Projeto de Extensão: Cultura Corporal para Idosos” tem aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá, sendo realizados por acadêmicos e professores participantes do projeto, sob orientação e supervisão da pesquisadora responsável.

As aulas desenvolvidas também apresentam avanços por meio de observações sistemáticas, já que é nítido a evolução dos participantes ao que se refere a melhoria da capacidade cardiorrespiratória, observado que no decorrer das aulas a fadiga foi diminuída, já na parte cognitiva percebe-se a maior facilidade de aprendizado dos passos, aumentando o repertório de movimentos, houve avanço em relação as coreografias, concentração, memorização e agilidade, melhora na relação interpessoal entre os alunos e as músicas trabalhadas trouxe o resgate de suas lembranças, como apresentado por Emanuel (2010).

CONCLUSÕES

Os resultados qualitativos preliminares obtidos a partir das observações sistemáticas nos permitem afirmar que os trabalhos realizados até então tem favorecidos os participantes das aulas de ritmos, tanto nas capacidades físicas como equilíbrio, coordenação motora, capacidade aeróbia e cognitiva, como também as perspectivas sociais, lúdicas e comportamentais que se fazem necessárias para a boa qualidade de vida dos idosos. A implementação das aulas em questão, oferecidas no projeto contribuíram para



desenvolvimento deste em múltiplos aspectos e possibilitou iniciar a elaboração de uma metodologia de trabalho específica para idosos com atividades rítmicas e dançantes.

É indispensável a necessidade de avançar na análise dos testes aplicados, para obter os resultados quantitativos das capacidades funcionais, o que permitirá confirmar com dados estatísticos os resultados observados.

A experiência oferecida pelo Programa de Ações Afirmativas em poder desenvolver e executar o trabalho em que somamos atividades dançantes/rítmicas e terceira idade no “Projeto de Extensão: Cultura Corporal para Idosos”, juntamente com o Departamento de Educação Física, possibilitou um grande crescimento acadêmico e amadurecimento profissional, propiciando a mim, um grande interesse e satisfação na área estudada, pretendendo desenvolver cada vez mais minhas capacidades em pesquisa e práticas em relação à atividade física e atividades dançantes/rítmicas para idosos.

REFERÊNCIAS

EMANUEL, Diego Gobbo. **Dança de salão como qualidade de vida para a terceira idade**. Revista Eletrônica de Educação Física, 2010

MAZO, Giovana Zarpellon. **Atividade física e o idoso**. Porto Alegre, editora Meridional Ltda, 2004

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina, Editora Mediograf, 4º edição, 2006.

LARA, Larissa Michelle (Org.). **Dança: dilemas desafios na contemporaneidade**. Maringá, Eduem, 2013

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. 2005

SEBASTIÃO, Emerson; YASUE, Ágata Yoko Hamanaka; BUCKEN, Lilian Teresa Gobbi; GOBBI, Sebastião. **Efeitos da prática regular de dança na capacidade funcional de mulheres acima de 50 anos**. Maringá, Eduem, 2008.

REBELATTO, José Rubens. **Influência de um programa de atividade física de longa duração sobre a força muscular manual e a flexibilidade corporal de mulheres idosas**. *Rev. Bras. Fisioter.* v. 10, No. 1, p. 127-132, 2006

Sessão 19 – Texto 152

IMPORTÂNCIA DO REPASSE DE CONHECIMENTOS SOBRE PLANTAS MEDICINAIS EM MUSEUS DE CIÊNCIAS

Área Temática: Saúde

Daniel Nalin¹, Maria Auxiliadora Milaneze-Gutierrez²

¹Graduando do curso de Agronomia, bolsista Fundação Araucária/PIBIS-UEM, contato:
danielnalin97@gmail.com

²Professora Doutora do Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá, contato:
milaneze@uem.com

Resumo: *Este artigo ressalta a importância do estudo e do conhecimento sobre as plantas medicinais a ser compartilhado com nossos visitantes do Museu dinâmico interdisciplinar (Mudi), um museu de Ciências da UEM. Justifica-se pelo fato de, com o passar dos anos, os jovens estão cada vez mais distantes dessa cultura, embora ela estivesse muito presente na vida de nossos antepassados, avós e bisavós, como alternativa para tratamentos de saúde e prevenções de doenças. Dessa forma, fazendo uso de métodos de educação não formal, esse projeto tem como objetivo familiarizar os visitantes do Mudi e a comunidade em geral, com as diversas espécies de plantas medicinais que podemos cultivar com facilidade em nossa região, procuramos fornecer informações sobre as características estruturais e fisiológicas das plantas, bem como sua importância agrônômica e comercial.*

Palavras-chaves: Mudi – medicina popular – fitoterapia

INTRODUÇÃO

O tratamento com plantas medicinais é uma forma muito antiga de combater as enfermidades, sendo o conhecimento repassado de geração a geração, desde as sociedades primitivas até a sociedade contemporânea. O uso de plantas frescas na forma de preparações mais simples, como sucos, chás e decoctos é de cunho popular, enquanto que na fitoterapia tais plantas são usadas secas, padronizadas e estabilizadas, sendo usadas com receituário médico. Muitas vezes, podemos estar distantes da assistência médica, mas próximos de uma vasta farmácia natural que poucos conhecem, principalmente os mais jovens, que com a evasão das áreas rurais para o meio urbano, deixaram de conhecer e aprender sobre as plantas medicinais, uma importante cultura de nossos antepassados. Por isso há relevância em repassar aos mais jovens a importância das plantas medicinais que, possivelmente, seus avós e bisavós utilizavam para o tratamento e prevenção de doenças. De acordo com Dias (2001) nos primórdios da humanidade, os homens por puro instinto de sobrevivência, ao se alimentarem de algumas plantas descobriram seus fantásticos efeitos de reduzir ou minimizar as enfermidades, e com o aumento e expansão desse conhecimento deu-se início da medicina.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio de 1978, deu início a um programa de medicina popular, o qual destacou a Fitoterapia. Nessa mesma linha,



pela Portaria 971, de 03/05/2006, do Ministério da Saúde do Brasil, a fitoterapia é uma terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal.

Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo repassar conhecimento das principais plantas medicinais cultivadas no Paraná para nossa comunidade e os visitantes do Mudi.

METODOLOGIA

O presente estudo teve por base revisões bibliográficas em *sites* oficiais e artigos científicos, de modo a compor um texto informativo.

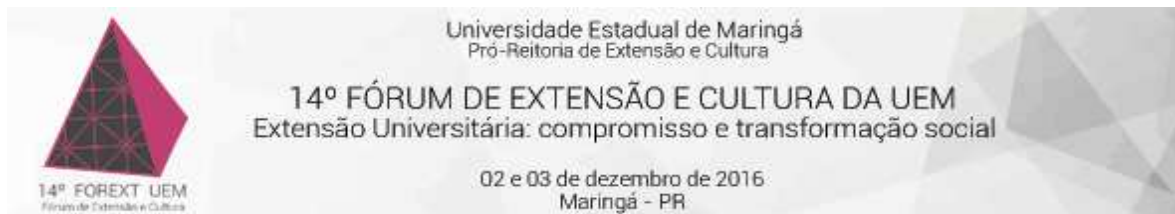
DESENVOLVIMENTO

As plantas medicinais são patrimônio de domínio público, ou seja, estão ao alcance de todos. Porém para que esse patrimônio possa ser bem aproveitado em suas múltiplas funções, tais espécies vegetais devem ser estudadas para que, assim, se conheçam seus efeitos terapêuticos e de toxicidade. Tais efeitos são devidos aos princípios ativos presentes nos tecidos vegetais, em maior ou menor concentração. De acordo com os apontamentos de Dias (2001), por volta do século XX, o que se conhecia da medicina popular, era apenas um conhecimento empírico, sem comprovações científicas.

Sabendo disso podemos dizer que as plantas estão ao alcance de todos, porém, os estudos relacionados a elas apenas estão disponíveis para uma pequena parcela da população: a que está diretamente em contato com as pesquisas acadêmicas, especialmente nas áreas da botânica, da bioquímica, da farmacognosia, de fisiologia e química dos compostos vegetais. Dessa forma conhecemos os riscos que a população sujeita-se ao fazer um uso desenfreado e sem informação das plantas medicinais.

Para levar as informações acadêmicas até a comunidade no geral, os museus de ciências desempenham um papel relevante perante à sociedade. Ao exemplo do Mudi, nos ambientes temáticos são oferecidas pequenas palestras aos visitantes, com o intuito de repassa-lhes informações sobre as plantas medicinais. Dentre os visitantes podem estar jovens, que nunca tiveram contato com as plantas medicinais, ou então, adultos que já passaram pelo ambiente escolar ou acadêmico há muito tempo. Desse modo, “existe um consenso com relação à importância e à necessidade de se elaborar políticas e estratégias pedagógicas que efetivamente auxiliem na compreensão do conhecimento científico, por meio de experiências fora da escola” (Falk, Dierking, 2002).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% da população mundial faz uso de medicamentos derivados de plantas medicinais. No Brasil, mais de 90% da população já fez uso de alguma planta medicinal (ABIFISA, 2007). Isso se deve aos povos que formaram a população brasileira, dentre os quais estão os europeus, os africanos e os indígenas. Nesse contexto, segundo Castro *et al.* (2001), não devemos negar que povos tradicionais como caboclos e índios contribuíram de maneira ampla no desenvolvimento de princípios ativos das plantas medicinais para produção de remédios e drogas, auxiliando o início de pesquisas científicas nessa área.



O governo brasileiro percebendo a importância do setor de plantas medicinais, se propõe a desenvolver política pública de saúde para essa cadeia produtiva. O Paraná, de acordo com a Agência de Notícias do Governo do Estado do PR (AEN), é o maior produtor de plantas medicinais, aromáticas e condimentares do país, com 90% da produção nacional. Cerca de 1,8 mil agricultores familiares trabalham no cultivo das ervas, que em 2014 movimentaram R\$ 78 milhões com uma produção de 27,4 mil toneladas, com destaque para a camomila, hortelã, melissa e o ginseng-brasileiro.

Ainda de acordo com a ABIFISA (2007), a utilização dessas plantas atinge mais de 40 segmentos de mercado, com destaque para a produção de remédios fitoterápicos, aromaterapia, óleos para massagem, vitaminas e suplementos alimentares, óleos essenciais, condimentos, produtos esportivos, alimentos funcionais, alimentos para animais de estimação, chimarrão e medicamentos veterinários, entre outros.

Apesar da grande produção que possui o estado, é importante lembrar dos cuidados que os agricultores devem tomar para manter a qualidade das plantas medicinais na etapa conhecida como pós-colheita. Ao se colher uma planta medicinal ela está sujeita a perder qualidade em seu processamento que se resume em secagem e seu armazenamento.

De acordo com Martinazzo (2006), a secagem, se não realizada adequadamente, pode possibilitar a degradação de componentes químicos importantes, permitir a infestação e crescimento de microrganismos e assim comprometer o teor dos princípios ativos. Portanto em muitos casos a qualidade do produto comercializado se torna baixa. É importante citar também o cuidado para que a produção não esteja com resíduos de agrotóxicos, tendo em vista que o consumo é de forma direta.

Segundo Carvalho *et al.* (2010), são três as abordagens que contribuem para aumentar a qualidade das ervas medicinais: (a) genética; (b) agrônômica, com ações desde preparo do solo antes da semeadura até a colheita e (c) química ou tecnológica, que envolve atividades realizadas da colheita ao produto final. Desse modo, seguindo esses critérios de controle de qualidade, desde a produção até a etapa do pós-colheita é possível obter ótimos resultados que acrescentaria tanto economicamente para os produtores quanto em qualidade para o consumo. Também faz-se necessária uma melhor política de incentivo à produção de plantas medicinais, e a divulgação de seus efeitos benéficos à sociedade, para que os agricultores se interessem em produzi-las mais e com qualidade.

REFERÊNCIAS

ABIFISA - Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde. 2007. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2016.

CASTRO, H. G, et al. A Dialética do conhecimento no uso das plantas medicinais. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*: FUNDIBIO, 2001.

DIAS, B. F. S. Balanço da biodiversidade na Amazônia: uma introdução ao desconhecido. *Seminário Especial. A Biodiversidade como estratégia moderna de desenvolvimento da Amazônia*. Estudos e Pesquisas, INAE, Rio de Janeiro, n. 17, 2001.

FALK, J., DIERKING, L.D. *Lessons Without Limit – how free-choice learning is*



transforming education. Altamira Press, California, 2002.

MARTINAZZO, A.P. *Secagem, armazenamento e qualidade de folhas de Cymbopogon citratus (D.C.) Stapf*. 156 f. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

CARVALHO, L.M. de; COSTA, J.A.M; CARNELOSSI, M.A.G. *Qualidade em plantas medicinais*. Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju. 2010, 54p.

Sessão 19 – Texto153

Perfil dos participantes do projeto de extensão: “Promoção e prevenção de saúde bucal nos diferentes ciclos de vida: bebês e gestantes”

Área Temática: Saúde

Laís Albuquerque Marengoni¹, Carlos Luís Fernandes de Salles², Gabriela Cristina Santin³, Marina Lourdes Calvo Fracasso⁴, Maria Gisette Arias Provenzano⁵

¹Acadêmica da graduação, Departamento de Odontologia, Universidade Estadual de Maringá, contato: marengonilais@gmail.com

²Prof. Depto de Odontologia – DOD/UEM, contato: clfsalles@uol.com.br;

³Prof. Depto de Odontologia – DOD/UEM, contato: gab_santin@hotmail.com;

⁴Prof. Depto de Odontologia – DOD/UEM, contato: mafracasso@gmail.com;

⁵Prof. Depto de Odontologia – DOD/UEM, contato:mgaprovenzano@gmail.com;

Resumo: Foram atendidas um total de 221 crianças, entre um mês de vida e cinco anos de idade, estando atualmente 95 crianças em atendimento. Das crianças atendidas durante o período deste relatório, 18% apresentaram alto risco à cárie dentária e 32% relataram o uso de mamadeira, demonstrando a necessidade da orientação precoce. Observou-se que 95% das crianças participantes apresentaram todos os dentes hígidos na última consulta de retorno, caracterizando uma reversão do alto risco a cárie dentária e a efetividade do Projeto como um programa de prevenção e promoção de saúde bucal.

Palavras-chave: Risco de cárie. Saúde bucal. Promoção da saúde.

1. INTRODUÇÃO

Durante a primeira infância, a prevenção frente à doença cárie e a manutenção da saúde bucal são grandes desafios encontrados pelo odontopediatra, pois esta fase compreende um período de maior risco à doença em função do menor grau de mineralização dos dentes recém irrompidos, dieta irregular, frequentemente mais cariogênica. Ações preventivas na dentadura decídua mostram-se significantes no contexto de saúde bucal, pois a experiência de cárie neste período é considerada como um forte preditor da doença na dentição permanente. Um estudo longitudinal revelou que duas superfícies dentárias cariadas aos cinco anos de idade foi um preditor clínico de alta experiência de cárie aos dez anos de idade (SKEIE et al., 2006). Desta forma, os cuidados com a saúde bucal, com idas periódicas ao dentista para prevenção e promoção de saúde, devem ser iniciados precocemente, uma vez que na infância os hábitos alimentares e de higiene são adquiridos, sendo esses os principais fatores associados ao alto risco de desenvolvimento da doença cárie dentária.

2. OBJETIVO

Promover a saúde bucal nos diferentes ciclos de vida: gestantes e bebês, desenvolvido no Departamento de Odontologia da UEM.

2.1 Objetivo específico

Realizar a prevenção da cárie dentária durante o período anual de 2015/2016.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Foram atendidas um total de 221 crianças, entre um mês de vida e cinco anos de idade, estando atualmente 95 crianças em atendimento, sendo executados por acadêmicos do curso de Odontologia.

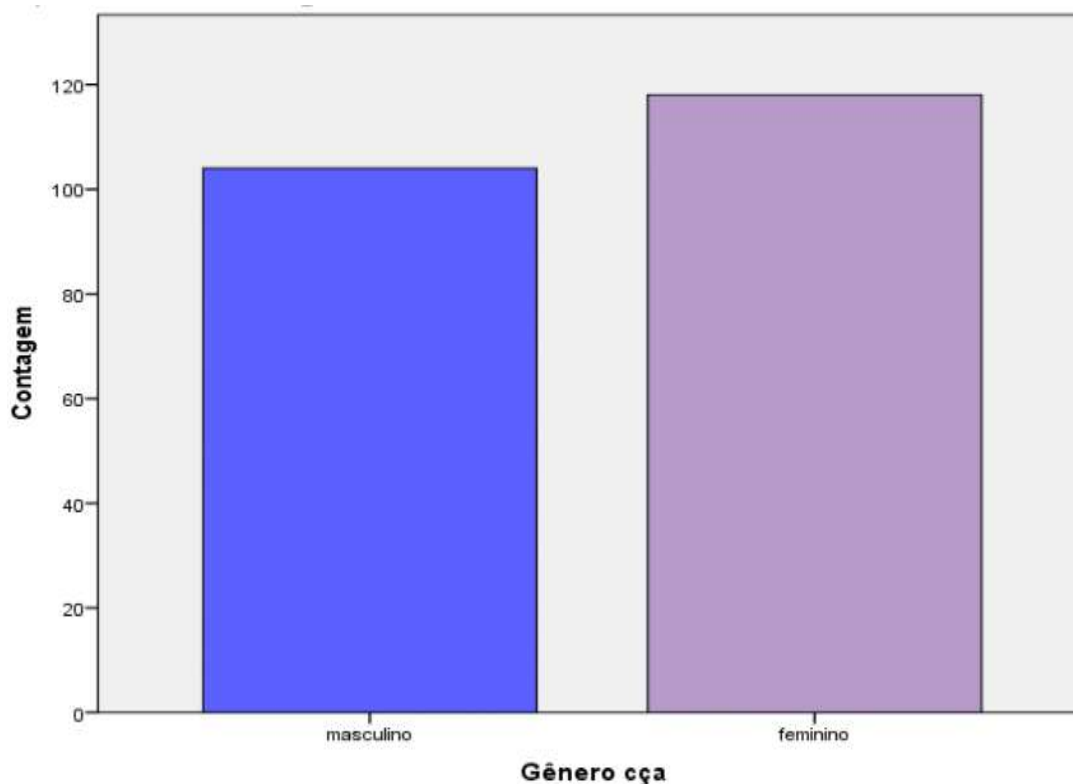
Registraram-se as condições clínicas e o histórico geral do bebê em cada sessão, que ocorreu num intervalo máximo de 60 dias.

Para o registro do biofilme dentário, utilizou-se o índice de Green & Vermillion em todos os dentes decíduos.

4. RESULTADOS

Foram atendidas um total de 221 crianças, entre um mês de vida e cinco anos de idade, estando atualmente 95 crianças em atendimento. A distribuição quanto ao gênero foi uniforme, sendo 107 para o gênero masculino e 114 para o feminino (Gráfico 1).

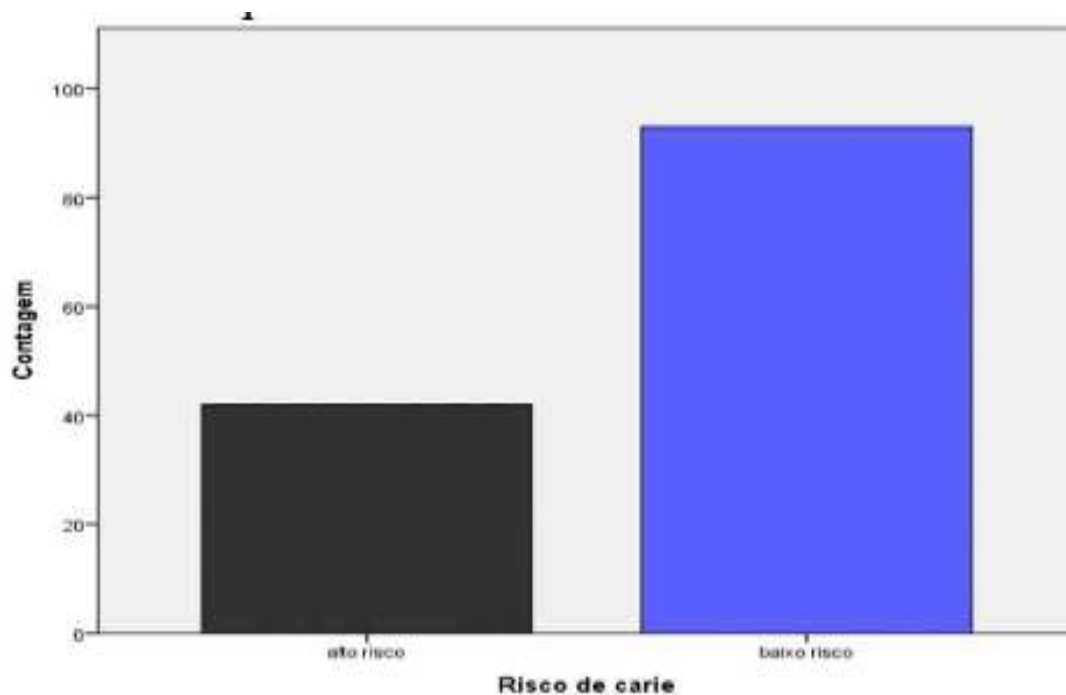
Gráfico 1. Distribuição das crianças atendidas em relação ao gênero (masculino e feminino) no projeto durante o período 2015/2016.



Das crianças atendidas durante o período deste relatório, 18% apresentaram alto risco à cárie dentária (Gráfico 2) e 32% relataram o uso de mamadeira, demonstrando a necessidade da orientação precoce. Observou-se que 95% das crianças participantes apresentaram todos os dentes hígidos na última consulta de retorno, o que caracterizou

uma reversão do alto risco a cárie dentária e a efetividade do Projeto.

Gráfico 2. Distribuição quanto ao risco da doença cárie (baixo e alto) das crianças atendidas no projeto durante o período 2015/2016.



5. CONCLUSÕES

Diante do exposto, conclui-se que o atendimento da saúde bucal em bebês é de extrema importância para a comunidade social, tendo em vista a obtenção da reversão do alto risco a cárie dentária, alcançando resultados satisfatórios na prevenção e promoção da saúde bucal durante a primeira infância. Para tanto, mostra-se importantes atendimentos odontológicos frequentes, com reforços educativos aos pais e principalmente com controle mecânico do biofilme dentário para a manutenção da saúde bucal.

REFERÊNCIAS

- Bönecker M, Cleaton-Jones P. Trends in dental caries in Latin American and Caribbean 5-6 and 11-13-year-old children: a systematic review. *Community Dent Oral Epidemiol* 2003; 31:152-7.
- Basting RT, Pereira, AC, Meneghim MC. Avaliação da prevalência de cárie dentária em escolares do município de Piracicaba, SP, Brasil, após 25 anos de fluoretação das águas de abastecimento público. *Rev Odontol Univ São Paulo* 1997 out/dez.;11 (4):287-92.
- Brickhouse TH. Family oral health education. *Gen Dent*. 2010 May-Jun;58(3):212-9; quiz 220-1.
- Greene JC, Vermillion JR - The simplified oral hygiene index. *J Am Dent Assoc*, 1964;68:7-13.



Macintosh AC, Schroth RJ, Edwards J, Harms L, Mellon B, Moffatt M. The impact of community workshops on improving early childhood oral health knowledge. *Pediatr Dent*. 2010 Mar-Apr;32(2):110-7.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília 2004.

Thylstrup A, Fejerskov O. Diferentes conceitos da cárie dentária e suas implicações. In: —. *Cariologia Clínica*. 2.ed. São Paulo: Ed. Santos; 1995. cap. 9, p. 209-17.

Salama F, Kebriaei A, Rothe V. Effectiveness of a basic training presentation on infant oral health care for family medicine residents. *Pediatr Dent*. 2010 Mar-Apr;32(2):106-9.

Skeie, M. S. et al. The relationship between caries in the primary dentition at 5 years of age and permanent dentition at 10 years of age longitudinal study. *Int J Pediatr Dent*, Chicago, v. 16, no. 3, p. 152-160, 2006.

Skeie MS, Klock KS, Haugejorden O, Riordan PJ, Espelid I. Tracking of parents' attitudes to their children's oral health-related behavior—Oslo, Norway, 2002-04. *Acta Odontol Scand*. 2010 Jan;68(1):49-56.

VIEIRA, A.L.F. Avaliação clínica da efetividade da remoção mecânica da placa dentária por diferentes dispositivos utilizados para higiene bucal em bebês [Dissertação de Mestrado]. Bauru: Faculdade de odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, 2000.

Sessão 19 – Texto 157

Reflexões do nível de aprendizagem dos ingressos e egressos do curso de Odontologia da UEM sobre a avulsão dentária Área Temática: Saúde

Bruna Zinhani¹, Josimeire A. P. Barbosa¹, Najara B. Rocha², Nair N. Orita Pavan², Angelo J. Pavan², Alfredo F. Queiroz², Marcos S. Endo²

¹Alunas do curso de Odontologia, contato: bzinhani09@gmail.com, josipbarbosa@gmail.com

²Docentes do curso de Odontologia, contatos: najara.rocha@gmail.com, narumiopavan@gmail.com, ajpavanctb@gmail.com, al.queiroz@hotmail.com, marcossendo@gmail.com

***Resumo.** Avulsão dentária é um problema de saúde pública. Para um prognóstico favorável é necessário ter conhecimento da conduta a ser seguida. Este trabalho objetivou avaliar qual conhecimento sobre avulsão dentária dos alunos do curso de odontologia da UEM. Foi aplicado um questionário educativo com questões abertas e fechadas antes da aula sobre o tema e após a mesma para o primeiro ano da graduação, no qual foi possível verificar a evolução no conhecimento dos mesmos. Em um segundo momento, o mesmo questionário foi aplicado aos alunos do quinto ano e posteriormente comparado com os do primeiro ano. Os resultados obtidos foram que muitos alunos tanto do primeiro quanto do quinto ano conhecem o protocolo a ser seguido e se sentem preparados a realizá-la. Concluiu-se que o conhecimento adquirido sobre o assunto foi oriundo das aulas da graduação e projetos de extensão oferecidos pela universidade.*

***Palavras-chave:** avulsão dentária - ensino - saúde coletiva.*

1. INTRODUÇÃO

Traumatismos dentários são comuns, e podem estar relacionados desde pequenas fraturas até o completo deslocamento do dente do seu alvéolo, que caracteriza a avulsão dentária (QAZI; NASIR, 2009).

Após a avulsão, o dente deve ser replantado em seu alvéolo imediatamente, com o objetivo de restabelecer sua normalidade e função. O replante imediato ou o armazenamento do dente em meios compatíveis para a viabilidade das células do ligamento periodontal antes do replante é um procedimento imprescindível. Para que haja um prognóstico favorável é necessário ter conhecimento da conduta a ser seguida, tal como meio de armazenamento e replante do dente avulsionado (LINDSKOG; BLOMLÖF, 1982).

Diante desta breve exposição, este trabalho teve como objetivo, verificar por meio de um questionário educacional, o nível de conhecimento sobre a avulsão dentária, de uma população do curso de Odontologia (UEM). A partir de então, como objetivos específicos também foi possível comparar as respostas dos graduandos iniciantes e dos egressos, assim como analisar a aprendizagem do acadêmico do primeiro ano, antes e

após a aula expositiva.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado com alunos do primeiro ano, antes e após, aula sobre avulsão dentária. A elaboração deste questionário baseou-se na aula expositiva ministrada, com intuito de aprimorar e reforçar o conhecimento sobre avulsão dentária.

O questionário educacional apresentava 15 questões, dentre elas 9 objetivas e 3 discursivas. Esse instrumento educacional foi aplicado aos egressos, do quinto ano do curso de Odontologia, assim como no início e ao final da aula do primeiro ano.

Os dados obtidos pelos questionários foram digitados em planilhas do Excel e as respostas foram analisadas pelo Programa EpiInfo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos mostraram que antes da aula ministrada nenhum aluno do primeiro ano havia ouvido falar sobre avulsão dentária e 50% deles sabiam sua definição. Por outro lado, 100% dos egressos já haviam ouvido falar e sabiam definir de forma correta (Figura 1 e 2).

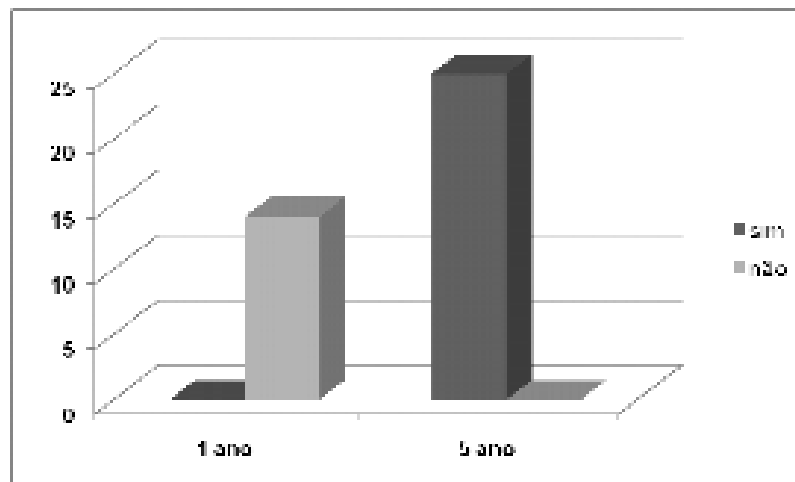


Figura 1 – Distribuição numérica dos alunos do primeiro e quinto ano sobre o conhecimento de avulsão dentária antes desta abordagem.

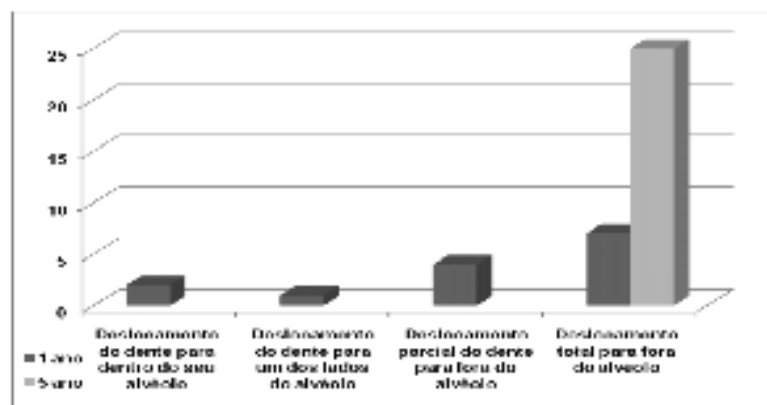


Figura 2 – Distribuição numérica dos alunos do primeiro e quinto ano sobre a

definição de avulsão dentária.

Apenas um graduando do primeiro ano soube classificar a severidade deste traumatismo, enquanto a resposta correta foi observada em 92% dos egressos.

Em relação aos primeiros socorros frente aos casos de dentes avulsionados, mostrou-se que 100% dos alunos do primeiro ano nunca obtiveram essas informações, diferentemente dos egressos. Isso acarreta no fato de que nenhum dos alunos ingressantes sabiam como agir se presenciassem um caso de avulsão dentária e também não se sentiam capazes de realizar o reimplante imediato.

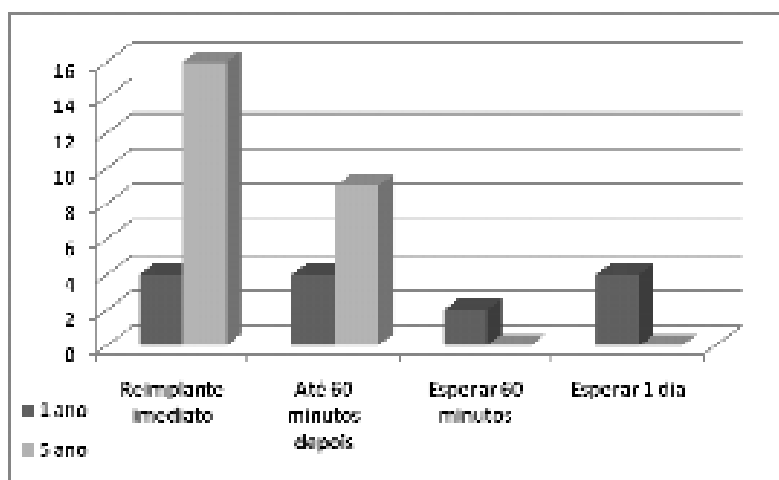


Figura 3 – Distribuição numérica dos alunos do primeiro e quinto ano sobre qual a melhor conduta em relação ao tempo da realização do reimplante.

Em relação ao tempo de espera para a realização do reimplante, 28,6% dos alunos do primeiro ano e 64% do quinto ano responderam corretamente, ou seja, é necessário reimplante imediato (figura 3).

Os ingressantes (42,8%) optaram não reposicionar o dente no alvéolo, mas deixariam o dente enrolado em algo umedecido; e 44% dos egressos reposicionariam o dente no mesmo lugar.

Tabela 1 – Distribuição numérica dos alunos do primeiro ano do curso de Odontologia, segundo o meio líquido para transporte do dente avulsionado.

	Água de torneira	Água filtrada ou destilada	Soro fisiológico	Leite	Água sanitária	Detergente	Álcool	Água de coco	Saliva	Água oxigenada
ANTES	0	2	8	2	0	0	0	0	1	1
DEPOIS	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0

A maioria dos acadêmicos do primeiro ano (57%) e do quinto ano (48%) armazenariam o dente em soro fisiológico, lembrando que o leite foi apenas a segunda opção mais encontrada pelos acadêmicos (Tabela 1). Caso optassem em reposicionar o dente no alvéolo, a maior parte dos acadêmicos sugeriram lavar o dente com soro fisiológico. Considerando a melhor opção que seria o reimplante imediato nem mesmo os egressos foram unânimes nesta resposta.



Baseando-se no aprendizado dos alunos do primeiro ano após a aula ministrada, 100% deles souberam definir a avulsão dentária, compreenderam como agir diante um caso desses e selecionaram o meio de armazenamento adequado.

O conhecimento acerca do assunto avulsão dentária está distante do ideal, por esse motivo é de extrema importância as aulas durante a graduação sobre o assunto, a participação de projetos de extensão e a difusão dessas informações, como o que é, como fazer o reimplante imediato, qual o meio adequado de armazenamento do dente avulsionado, para a população acadêmica e para pais e profissionais, que tenham maior probabilidade de presenciar um caso de traumatismo dentário, como professores de escola infantil, educadores físicos, bombeiros e enfermeiros.

4.CONCLUSÕES

Concluiu-se que o conhecimento adquirido sobre o assunto e o preparo para conduzir e tratar de forma ideal os casos de avulsão foram quase em sua totalidade oriundos das aulas da graduação e projetos de extensão oferecidos pela universidade.

Os questionários educacionais são meios excelentes para os acadêmicos refletirem sobre seu aprendizado, e também foi capaz de medir o desempenho dos alunos sobre este assunto.

REFERÊNCIAS

LINDSKOG, S.; BLOMLÖF, L. Influence of osmolality and composition of some storage media on human periodontal ligament cells. **Acta Odontologica Scandinavica**, v. 40, n. 6, p. 435-441, 1982.

QAZI, S.R.; NASIR, K.S. First-aid knowledge about tooth avulsion among dentists, doctors and lay people. **Dental Traumatology**, v. 25, n. 3, p. 295-299, 2009.

Sessão 19 – Texto 175

EPIDEMIOLOGIA DOS ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS NOTIFICADOS AO CENTRO DE CONTROLE DE INTOXICAÇÕES DE MARINGÁ EM 2015

Área Temática: Saúde

Rubian Hellen Alves Teixeira Santos¹, Karen Matsuike Gonçalves², Erivelto Goulart³ e Magda Lúcia Félix de Oliveira⁴

¹Aluna do curso de Ciências Biológicas, contato: rubi_hellen@hotmail.com

²Aluna do curso de Ciências Biológicas, bolsista UEM, contato: karen_matsuike@hotmail.com

³Docente. Doutor em Ciências Biológicas – DBI/UEM, contato: goulart@nupelia.uem.br

⁴Docente. Doutora em Enfermagem – DEN/UEM, contato: mlfoliveira@uem.br

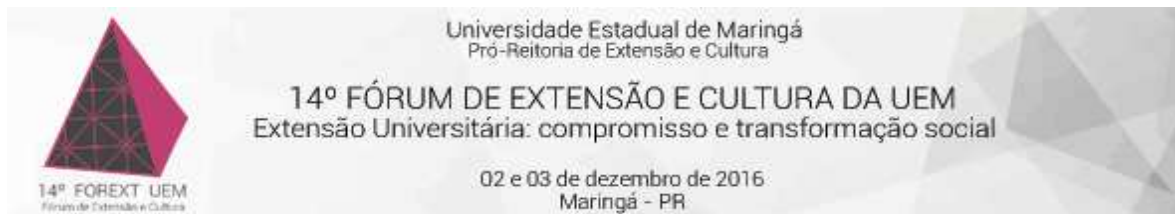
Resumo. *Este trabalho apresenta alguns resultados de uma análise quantitativa realizada para analisar ocorrências de acidentes com animais peçonhentos notificados ao Centro de Controle de Intoxicações do Hospital Universitário Regional de Maringá. São apresentados dados da ocorrência e de algumas características das notificações do ano de 2015. Foram encontradas 98 ocorrências, destas, em 76 casos houve acidente, sendo 63,1% com aracnídeos. Foram identificados 31 *Tityus serrulatus*, 12 *Bothriurus sp.*, e 11 *Phoneutria sp.* como principais causadores de acidentes em Maringá e região. No período coincidente com as maiores temperaturas (janeiro, fevereiro e dezembro), houve o maior número de casos.*

Palavras-chave: *Aracnídeos – domiciliação – ectotermia*

1. INTRODUÇÃO

Animais peçonhentos são aqueles que produzem peçonha e possuem estruturas inoculadoras, isto é, substância exclusiva de origem animal e que pode causar intoxicações que vão de grau leve a grave, podendo levar, inclusive, a morte. A peçonha tem, para o animal, diversas funções, dentre as quais podem ser citadas: defesa, captura ou imobilização de presas e a digestão destas. Talvez pelo fato desses animais defenderem-se ativamente, isto cause certo fascínio nos humanos e possibilite o surgimento e transmissão de lendas e mitos. São histórias das mais diversas, envolvendo serpentes, aranhas, escorpiões, lacraias, demonstrando, simultaneamente, admiração e temor (BOCHNER & STRUCHINER, 2003).

A Organização Mundial de Saúde reconhece que, em todo mundo, existem deficiências no enfoque global dos acidentes envolvendo animais e que, dados desta natureza são escassos na maioria dos países, notadamente naqueles situados nas regiões tropicais, onde podem constituir causa importante de agravamento à saúde. (BOCHNER & STRUCHINER, 2002). Apesar da tradição do Brasil em lidar com estes animais, somente em junho de 1986 foi iniciado o controle dos acidentes por animais peçonhentos, quando os causados por ofídios passaram a ser de notificação obrigatória no país, e dados sobre escorpionismo e araneísmo começaram a ser coletados a partir de 1988. (BARRAVIERA, 1994).



Em 1990, foi instalado em Maringá o Centro de Controle de Intoxicações do Hospital Universitário Regional de Maringá (CCI/HUM), a partir de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Maringá. O CCI/HUM, que tem por finalidade o atendimento médico em caso de intoxicações de diversas naturezas, incluindo as ocasionadas por animais peçonhentos, trabalha em regime de plantão 24 horas/dia, e presta informação e assistência toxicológicas por atendimento telefônico e presencial a profissionais de saúde e à população leiga. Tem importância na produção de informações em Toxicologia e Toxinologia, auxiliando profissionais da saúde de Maringá e macrorregião Noroeste do Paraná.

Com o objetivo de identificar os animais encaminhados ao CCI/HUM, envolvidos ou não em acidentes, é desenvolvida atividade de extensão universitária, por equipe composta por estagiários do curso de Graduação de Ciências Biológicas, um docente orientador do Departamento de Biologia - DBI e uma docente coordenadora do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá, em parceria com o Laboratório de Zoologia do DBI. Os estagiários também desenvolvem um banco de dados das fichas OT, registrando o táxon mais próximo possível do animal, e buscam estabelecer um mapa de ocorrência de animais peçonhentos envolvidos em acidentes.

Nos últimos anos, a maior parte das ocorrências registradas pelo CCI/HUM, considerando os animais trazidos para identificação, envolve o grupo das aranhas e de insetos não identificados. A alta frequência de acidentes com aranhas provavelmente se deve à convivência destes aracnídeos com o homem no ambiente doméstico. (BARRAVIERA, 1994).

Objetivou-se, então, analisar os acidentes envolvendo animais peçonhentos notificados e identificados pelo Centro de Controle de Intoxicações no Hospital Universitário Regional de Maringá (CCI/HUM) durante o ano de 2015, a fim de se quantificar os acidentes e os animais envolvidos.

2. METODOLOGIA

Foram analisadas as fichas de Identificação de Animais e o Relatório Anual de Animais Identificados de 2015, ambos arquivados no CCI/HUM, e que informam a identificação, a data e se ocorreu acidente. Os animais foram classificados em seis categorias: escorpiões, aranhas, serpentes, lagartas, insetos e outros animais. Tais documentos

3. RESULTADOS

Durante o período analisado, encontrou-se um total de 98 casos com identificação, sendo que destes, 76 (77,5%) se envolveram em acidente toxicológico provocado por algum animal, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Relação de animais identificados e envolvidos em acidentes, notificados ao CCI/HUM em 2015



	ANIMAIS IDENTIFICADOS	ACIDENTES
ESCORPIÕES	45 (45,8%)	40 (40,7%)
ARANHAS	31 (31,6%)	22 (22,4%)
LAGARTAS	9 (9,2%)	8 (8,1%)
INSETOS	7 (7,2%)	2 (2,1%)
OUTROS	4 (4,1%)	3 (3,1%)
SERPENTES	2 (2,1%)	1 (1,1%)
TOTAL	98(100%)	76 (77,5 %)

Nota-se que 63,1% do total dos acidentes foram causados por aracnídeos. Deste grupo, as principais espécies a chegarem ao CCI/HUM para identificação foram *Tityus serrulatus*, com 31 (31,6%), *Bothriurus sp.*, 12 (12,2%) e *Phoneutria sp.* 11 (11,2%). O número de acidentes por serpente é o menor registrado dentre as categorias analisadas, representado por apenas 1 caso (1,1%).

A Tabela 2 trás a distribuição mensal e a prevalência dos animais envolvidos de acordo com a sua identificação.

Tabela 2. Relação mensal dos animais notificados ao CCI/HUM em 2015

Mês de ocorrência	Escorpiões	Aranhas	Serpentes	Lagartas	Insetos	Outros	Total
Janeiro	6	3	1	2	2	-	14
Fevereiro	3	8	-	2	5	2	18
Março	1	5	-	-	-	-	6
Abril	1	2	1	-	-	-	4
Maior	3	1	-	2	-	-	6
Junho	4	2	-	3	-	-	9
Julho	6	2	-	-	-	-	8
Agosto	4	-	-	-	-	-	4
Setembro	6	2	-	-	-	-	8
Outubro	2	1	-	-	-	-	3
Novembro	4	1	-	-	1	2	8
Dezembro	5	4	-	-	1	-	10
Total	45	31	2	9	7	4	98

Os meses com maior incidência foram os mais quentes, janeiro com 14 identificações (14,3%), fevereiro com 18 (18,3%) e dezembro com 10 (10,2%).

4. DISCUSSÃO

A maioria dos acidentes (63,1%) são causados por aracnídeos (escorpiões e aranhas), o



que pode ser parcialmente justificada pela destacada capacidade que estes animais possuem de conviver no peridomicílio humano, aliada a presença de terrenos baldios, restos de construções e entulhos que são encontrados nas áreas urbanas, fenômeno este denominado de domiciliação. O que ajuda a entender a alta taxa de frequência de *Tityus serrulatus*, *Bothriurus sp.* e *Phoneutria sp.*

Outro fator também a ser considerado é a natureza ectotérmica desses animais, pois é um indicativo que pode explicar a maior ocorrência de acidentes em meses mais quentes, juntamente com uma maior atividade das pessoas, o que eleva a probabilidade de um encontro. Sabe-se que acidentes envolvendo animais não ocorrem ao acaso, o que geralmente é justificado pela defesa, quando estes se sentem ameaçados. Para que isso ocorra, é necessário que um dos dois indivíduos envolvidos no acidente (o animal ou o ser humano) tenha invadido o território do outro.

5. CONCLUSÃO

Finalizando, para que ocorra uma redução no número de acidentes torna-se necessário maior incentivo à conscientização e divulgação dos meios de prevenção de acidentes com animais para a população em geral, através de feiras, palestras e atividades recreativas em escolas, centros comunitários e empresas; como por exemplo, a manutenção de quintais e terrenos baldios em condições de boa limpeza, sacudir roupas e sapatos antes de usá-los, vedar as soleiras das portas e janelas, preservar os inimigos naturais desses animais: coruja, pássaros, gaviões, galinhas, sapos, gansos, macacos; observar o chão e o tronco das árvores antes de se apoiar, e usar equipamentos de proteção individual, como botas e luvas na jardinagem.

REFERÊNCIAS

BARRAVIERA, B. (Coord.). *Venenos animais: uma visão integrada*. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Editora de Publicações Científicas (EPUC), 1994. 411p.

BOCHNER, R.; STRUCHINER, C.J. *Acidentes por animais peçonhentos e sistemas nacionais de informação*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(3): 735-746, mai./jun., 2002.

BOCHNER, R.; STRUCHINER, C.J. *Acidentes por animais peçonhentos: aspectos históricos, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos*. Rio de Janeiro, 2003. 153p. Disponível em: <http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/Acidentes_por_animais_Peconhentos-Rosany_Bochner.pdf> Acesso em: 09 nov. 2016.

Sessão 19 – Texto 176

Relato de caso: Nefrotoxicidade medicamentosa

Área Temática: Saúde

Ana Paula A. Apolinário¹, Aline Souza Lima², Taniely K. Azevedo³, Lais Fagundes Dezorzi⁴, Simone Tomás Gonçalves⁵, Estela Louro⁶, Gisleine Elisa Cavalcante da Silva⁷

¹Aluna de graduação de Farmácia, bolsista PIBIS/UEM, contato: Ana.apolinario3@gmail.com

²Aluna de graduação de Farmácia, contato: Aline.limamga@hotmail.com

³Aluna de graduação de Farmácia, bolsista PIBIS – UEM, contato: tany.karoline@hotmail.com

⁴Aluna de graduação de Farmácia, contato: laisdezorzi@gmail.com

⁵Prof.^a Depto de Farmácia – DFA/UEM, contato: stgoncalvesuem@gmail.com

⁶Prof.^a Depto de Farmácia – DFA/UEM, contato: elouro@uem.br

⁷Prof.^a Depto de Farmácia – DFA/UEM, contato: gecsilva@uem.br

Resumo. *O presente relato apresenta o caso clínico de uma paciente tratada com Antiinflamatório não esteroideal (AINEs) com alteração no nível de creatinina, suspeitando-se de alguma disfunção renal. A diminuição da função renal, observada inicialmente, contribuiu para a suspeita de que os medicamentos Espirolonactona, Vitamina C, Cetorolaco de trometamina, Alopurinol, AAS e Sinvastatina, agravaram o quadro. Assim, o Serviço de Informação de Medicamentos foi determinante para a identificação de quais medicamentos e quais interações medicamentosas poderiam estar gerando o quadro de insuficiência renal. Nesse contexto, foi discutida a nefrotoxicidade, assim como a importância da detecção precoce do uso de medicamentos que podem agravar o quadro clínico do paciente, permitindo a elaboração e comunicação de informações corretas para os profissionais de saúde do HUM.*

Palavras-chave: Nefrotoxicidade – medicamento – Uso racional

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 2005, o evento adverso é qualquer ocorrência médica indesejável que ocorra com um paciente que tenha recebido um produto farmacêutico e que não necessariamente tenha relação causal estabelecida com este tratamento. Um evento adverso inclui qualquer sinal desfavorável e não intencional até efeitos mais graves que coloquem a vida do paciente em risco, aumentando sua permanência no hospital ou até levando a óbito.

A infecção do trato urinário pode afetar apenas o trato urinário inferior ou o trato urinário superior, comprometendo um dos rins. O termo cistite tem sido utilizado para descrever uma síndrome que compreende: disúria, polaciúria, dificuldade de micção e, ocasionalmente, dor à palpação da região suprapúbica. Entretanto, estes sintomas também podem estar associados à inflamação do trato urinário inferior, produzidos por uretrites, como a gonorreia ou a infecção por clamídias. A pielonefrite aguda é uma síndrome clínica que envolve o rim, caracterizada por dor e/ou sensibilidade à palpação no flanco, febre e frequentemente bacteriúria, sendo que, por vezes, ocorre disúria,

polaciúria, dificuldade à micção e elevação das proteínas de fase aguda. Entretanto, 10 a 20% das infecções do trato urinário não podem ser classificadas como inferiores ou superiores (ANVISA, 2008.)

A nefrotoxicidade é ocasionada por determinadas substâncias que podem gerar danos nos rins ao nível glomerular, tubular, intersticial e vascular. O rim tem características que o tornam vulneráveis a essas substâncias como antibióticos, anti-inflamatórios não esteróides (AINEs), anti-hipertensivos da classe inibidores da enzima conversora da angiotensina (Captopril, Enalapril) e contrastes radiológicos, dentre outras. Elas podem causar lesão pela diminuição do fluxo sanguíneo renal, interagindo diretamente com a membrana celular ou através da geração de toxinas intracelulares. Assim, podemos evidenciar diminuição da filtração glomerular, proteinúria, alterações hidro-eletrolíticas, alterações do equilíbrio ácido-básico ou mecanismos de concentração urinária. Ultimamente a insuficiência renal aguda (IRA), em decorrência de substâncias nefrotóxicas ao nível hospitalar, tem aumentado muito pela maior utilização dessas substâncias. (ABC DA SAÚDE, 2016)

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente relato de caso foi desenvolvido a partir de uma notificação via busca ativa, investigada e analisada pelos acadêmicos do Serviço de Informação Sobre o Medicamento da Universidade Estadual de Maringá.

CASO CLÍNICO:

Paciente M.F.A, sexo feminino, 74 anos, trazida pelo SAMU dia 02/05 devido a um quadro de rebaixamento do nível de consciência e hipotensão. Após episódio, houve melhora neurológica significativa. Paciente queixou-se de cefaléia e dor em membros inferiores. Acompanhante (filha) negou febre, referiu que havia trazido a paciente ao PA no dia anterior devido à anorexia e hipotensão, recebendo alta no mesmo dia. Refere hiporexia há cerca de 15 dias com piora nos últimos dias. Exames laboratoriais iniciais revelam hipercalemia ($k=6.9$), hiponatremia ($Na=127$), creatinina (6.31), pH (7,22), PCO_2 (34,4), HCO_3 (14,6), $SatO_2$ (95,5%), leucocitose com desvio a E. Paciente diagnosticada com ITU, sendo iniciado antibioticoterapia com Ceftriaxona, além de Gluconato de Cálcio, Berotec e Ringer Lactato devido à hipercalemia e passaram SNE e SVD. Paciente apresentou-se com prurido e hiperemia, sendo prescrito Fenegan e modificado antibiótico para Ciprofloxacino 400mg EV 12/12h dia 04/05. No dia 06/05 foi associado o esquema antibiótico Clindamicina 600mg EV 6/6h. A nefrologia avaliou a possibilidade de reação medicamentosa e IRA devido à nefrite intersticial aguda com acidose tubular renal. Orientou iniciar Hidrocortisona EV 200mg (inicialmente de 8/8h e posteriormente de 12/12h), Hidroxizina 10 ml VSNE 8/8h e pesquisa de eosinofilia na urina, além de reduzir o Ciprofloxacino para 200mg EV 12/12h. No dia 08/05, foi iniciado o uso de bicarbonato 5g + água filtrada VSNE 6/6h. No dia 09/05, devido à piora do hemograma, foi suspenso o Ciprofloxacino e iniciado Cefepime 1g EV 12/12h. Os exames de controle do dia 10/05 revelaram correção da hipercalemia, sendo que o

Sorcal foi suspenso. Foi evidenciado uma hipernatremia, sendo então prescrito Ringer Lactato e soro ao meio, além de ter sido diminuído a furosemida para 1 ampola ao dia. A nefrologia orientou para diminuir o bicarbonato para 8/8h, o Cefepime 1g para 1x ao dia e a Hidrocortisona para 100mg EV 12/12h. Paciente continua não responsiva, com episódios febris e estertores difusos na ausculta pulmonar. Paciente iniciou o uso de Piperaciclina + Tazobactam 2,25g (ajustado para função renal) EV 6/6h no dia 11/05. No dia 16/05 foi realizada uma EDA que evidenciou uma úlcera bulbar em atividade (A2 de Sakita; Forrest IIb). Foi realizada hemostasia com solução de glicose+ adrenalina, sem intercorrências. Foi realizada outra transfusão com 2 UI de concentrado de hemácias. Nos dias subseqüentes houve melhora clínica. No dia 31/05 paciente recebe alta. O paciente utilizava os seguintes medicamentos, Losartana, Furosemida, Carvedilol, Quetiapina, Duloxetina, Vildagliptina, Espironolactona, Donarem, Pregabalina, Alopurinol, ASS, Escitalopram, Pregabalina, Toragesic, Donepezida, Epez, Olazofrem, Dolamin, Eritropoetina, Ciprofibrato, Suplevit, Trametamol, Sinvastatina e Galvus.

DISCUSSÃO

A paciente em questão deu entrada no sistema devido a uma queda de pressão com perda de consciência, ao realizar exames laboratoriais e detectar uma alteração no nível de creatinina suspeitou-se de alguma disfunção renal, diante das circunstâncias o Sistema de Informação Sobre o Medicamento foi acionado para realizar o levantamento dos medicamentos que a paciente fazia uso, através de uma busca ativa, na tentativa de identificar algum tipo de interação medicamentosa ou algum medicamento que tivesse um potencial nefrotóxico. A ocorrência da nefrotoxicidade pode ser devido à interação medicamentosa entre AAS e Furosemida que pode resultar em redução da eficácia diurética e eventual nefrotoxicidade ou o uso de Espironolactona, Vitamina C, Ceterolaco de trometamina, Alopurinol, AAS e Sinvastatina que em altas doses podem causar nefrotoxicidade e não devem ser administrados em pacientes com insuficiência renal pré-existentes pois pode piorar o quadro de insuficiência renal.

CONCLUSÃO

Ao considerar a nefrotoxicidade correlacionada a medicamentos, uma RAM, os medicamentos devem ter sua prescrição e administração suspensas o mais breve possível, levando em consideração a importância da RAM no quadro geral do paciente. A função renal dos pacientes deve ser monitorada clínica e laboratorialmente, principalmente quando o tratamento é associado com outros fármacos nefrotóxicos.

Com o presente caso demonstra-se que a informação sobre medicamentos é uma necessidade real. A informação sobre medicamentos é um componente fundamental de uma Política Nacional de Medicamentos, na adoção de uma política de uso racional de medicamentos, cujo objetivo é contribuir para a saúde dos pacientes, melhorando a qualidade de vida e da farmacoterapia.



REFERÊNCIAS

ABC da Saúde Informações Médicas Ltda, *Nefrotoxicidade*, 2016. Disponível em: <<https://www.abcdasaude.com.br/nefrologia/nefrotoxicidade>> Acesso em: 20 nov. 2016.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), *Tratamento das principais infecções comunitárias e relacionadas à assistência à saúde e a profilaxia antimicrobiana em cirurgia*. cap. III. Tratamento das infecções comunitárias e relacionadas à assistência à saúde diante da resistência microbiana 1. Comunitárias - infecções adquiridas na comunidade. 1.3 Trato Urinário, p.1, 2008. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/controle/rede_rm/cursos/atm_racional/modulo3/trato_urinario.htm> Acesso em: 20 nov. 2016.

Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OMS), *Segurança dos Medicamentos, um guia para detectar e notificar reações adversas a medicamentos*. Brasília, pg. 2-3, 2005. Disponível em: <<http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/Seguranca%20dos%20medicamento.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

Sessão 19 – Texto 177

A IMPORTÂNCIA DAS PLANTAS MEDICINAIS E DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO MUSEU INTERDISCIPLINAR DA UEM

Área Temática: Saúde

Maria Valéria De Oliveira Nascimento¹, Mathiele Isadora Lima de Oliveira² Maria Auxiliadora M. Gutierrez³

¹Graduanda do curso de Farmácia, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: valerii.nascimento@gmail.com

²Graduanda do curso de Farmácia, bolsista PIBIS/FA-UEM, contato: mathiele@hotmail.com

³Professora Doutora do Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá, contato: milaneze@uem.com

Resumo. *O presente trabalho refere-se a um projeto com plantas medicinais, desenvolvido no Museu Dinâmico Interdisciplinar (Mudi) da Universidade Estadual de Maringá, localizado no Bloco O33 (Maringá-PR). O Mudi é um local de divulgação científica de grande importância para a região Norte do Paraná, pois recebe visitantes de toda a região, alunos de várias instituições. Nele destaca-se a prática da educação não formal, na qual os alunos repassam aos visitantes, os conhecimentos científicos que são adquiridos nas escolas, sempre de forma descontraída e lúdica. Nesse sentido o projeto tem como objetivo contribuir com orientação sobre as plantas medicinais e a fitoterapia, de modo a promover a socialização da comunidade com o ambiente. O projeto tem sido bem eficiente e o público sai bastante envolvido com as plantas medicinais e saber a importância do uso adequado, afim de repassar a toda a comunidade.*

Palavras-chave: *plantas medicinais, comunidade, fitoterapia*

INTRODUÇÃO

No Brasil, o conhecimento das propriedades de plantas medicinais é uma das maiores riquezas da cultura indígena, uma sabedoria tradicional que passa de geração em geração, tendo se iniciado de forma bem artesanal, mas ao longo do tempo foi se aprimorando quanto às técnicas para a utilização das mesmas.

As plantas medicinais correspondem às mais antigas “armas” empregadas pelo homem no tratamento de enfermidades. São essas plantas que são capazes de aliviar ou curar enfermidades e tem tradição de uso como remédio em uma determinada população. O tratamento realizado com plantas medicinais é de cunho popular e muitas vezes não atende aos preceitos da medicina tradicional. Segundo Lorenzi e Matos (2008), a planta medicinal é medicamento somente quando usado corretamente.

Por sua vez, a fitoterapia também remete ao uso de plantas, mas os medicamentos produzidos a partir de métodos padronizados e aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Sendo assim, a fitoterapia é caracterizada pelo tratamento de enfermidades com o uso de plantas medicinais e suas diferentes formas farmacêuticas (SCHENKEL; GOSMAN; PETROVICK, 2000).

É extremamente importante o uso adequado dessas plantas, assim podemos evitar o risco de intoxicações e garantir a eficácia de um tratamento, que geralmente são usadas popularmente na forma de chás, maceração, xaropes. Nesse contexto, o projeto Horto de Plantas Medicinais do Mudi tem atuação no museu dinâmico interdisciplinar da UEM, que pertence a Universidade Estadual de Maringá, sendo um dos maiores museus do Paraná, e visa aprimorar os conhecimentos dos visitantes acerca das plantas medicinais.

O museu é um espaço com vários ambientes de diversas áreas das ciências e que recebe visitantes diversos, principalmente das escolas da região e de Maringá, podendo assim promover a interação entre o público visitante do ensino infantil, fundamental e médio e com a universidade, proporcionando conhecimentos científicos e tecnológicos. Desta forma o projeto vem contribuindo na educação não formal, pois a educação não acontece apenas no universo escolar, mas ocorre a todo tempo, a partir de suas vivências.

Sabendo que a educação não-formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, o projeto tem o intuito de conscientizar o público através dessa metodologia não formal.

DESENVOLVIMENTO

O projeto é desenvolvido no Mudi, onde são repassadas informações através de monitores para os visitantes, orientações do uso adequado, propriedades medicinais, efeitos colaterais, e princípios ativos que muitas vezes são desconhecidos, também como são coletadas, de que forma podem ser usadas. O grande uso de medicamentos à base de plantas medicinais e o próprio conhecimento popular traz consigo a necessidade de pesquisas para o esclarecimento das propriedades de tais plantas.

O Museu possui um Jardim de Plantas Medicinais (Figuras 1 a 3) com várias espécies, comuns na região. Os visitantes também são conduzidos a esse jardim onde conhecem as espécies e seus nomes populares, os quais podem variar muito de região para região. A comunidade visitante sai bastante sensibilizada com os conhecimentos adquiridos, tanto em relação à importância em preservar as plantas, com plantar e coletar corretamente e de conhecer e usar de forma adequada as plantas medicinais e repassar para amigos e conhecidos.



Figura 1: Museu dinâmico interdisciplinar. (MUDI).

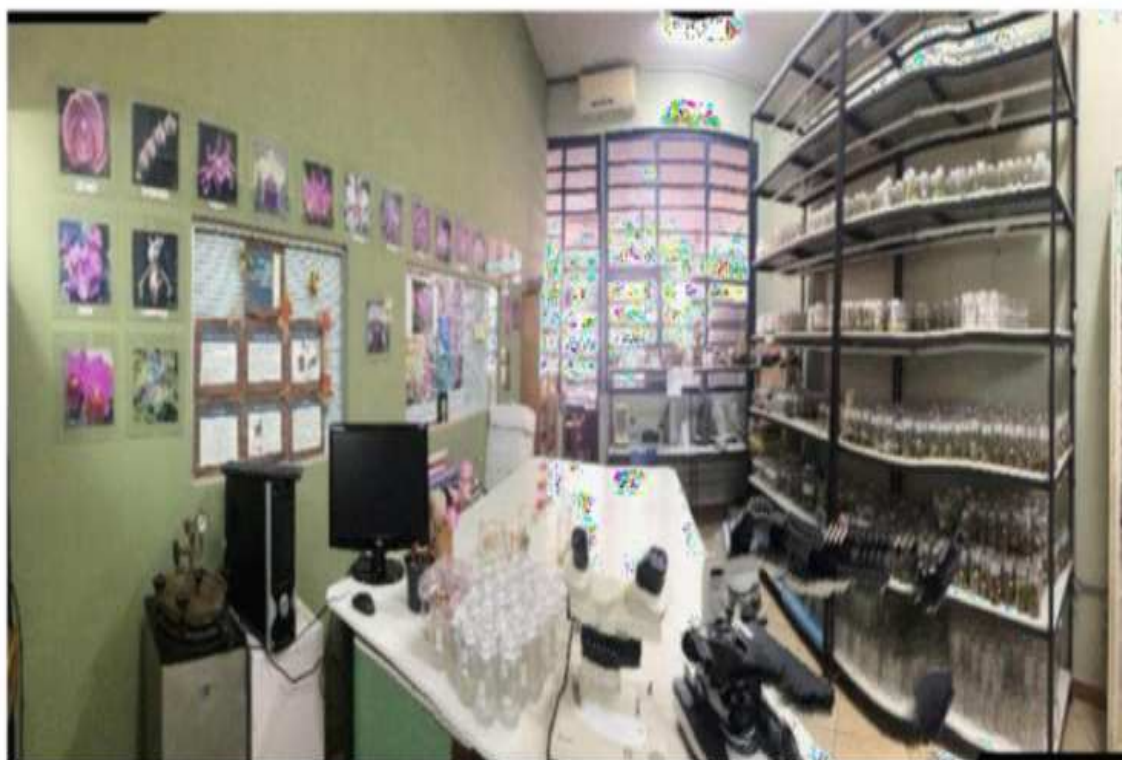


Figura 2: Laboratório de Botânica do museu (MUDI).





Figura 3: Algumas plantas medicinais do jardim do museu (MUDI).

REFERÊNCIAS

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. **Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas**. 2^a ed. Nova Odessa, Instituto Plantarum. 2008.

SCHENKEL, E. P.; GOSMAN, G.; PETROVICK, P. R. Produtos de origem vegetal e o desenvolvimento de medicamentos. *In*: SIMÕES, C. M.O. et al. (Ed.). **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 5. ed. Porto Alegre: Ed.UFSC, 2003.

Sessão 19 – Texto 178

Projeto Escola de Ginástica DEF/UEM

Área Temática: Educação

Telma Adriana Pacífico Martineli¹, Ronaldo Businaro Ribeiro², Gustavo Laercio de Sá Faxina³, Carolina de Moura de Vasconcelos⁴, Gleice Mara Pessoto⁵, Marcos Diego Cabreira⁶, Ana Claudia Floriano Vitencur⁷, Gabriela Fernanda de Oliveira Batista⁸

¹Prof.^a Depto de Educação Física – DEF/UEM, contato: telmamartineli@hotmail.com

²Aluno do curso de Educação Física, bolsista Bolsa Extensão UEM, contato: ronaldo.busi@gmail.com

³Aluno do curso de Educação Física, bolsista PIBEX/FA-UEM, contato: gust.ldsfi@gmail.com

⁴Aluno do curso de Educação Física, contato: carolvasconcelos.uem@gmail.com

⁵Aluno do curso de Educação Física, contato: gleicepessoto@gmail.com

⁶Aluno do curso de Educação Física, contato: cabreira1989@gmail.com

⁷Aluno do curso de Educação Física, contato: ana_vitencur@outlook.com

⁸Aluno do curso de Educação Física, contato: gabrielafof@outlook.com

Resumo. *Este trabalho trata-se de um relato de experiência, realizado a partir da vivência e observação no Projeto de Extensão “Escola de Ginástica”, desenvolvido pelo Departamento de Educação Física da UEM. Tem como objetivo expor os resultados alcançados pelo projeto, como ele se desenvolve atualmente e quais os propósitos que atende. O projeto possibilita acesso a ginástica às crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de Maringá e região através de atividades práticas e lúdicas. Atualmente, possui duas turmas com uma média de 20 alunos cada. As aulas têm duração de 60 minutos, ocorrem duas vezes por semana e são planejadas e aplicadas por acadêmicos do curso de Educação física, cuja docência se articula com pesquisa científica na área.*

Palavras-chave: Educação Física – Ginástica - Crianças

INTRODUÇÃO

A Ginástica é uma manifestação da cultura corporal que foi produzida ao longo da história, seus elementos se fizeram presentes na formação e na cultura humana. Ao saltar, correr, girar, equilibrar para satisfazer as necessidades ou sobreviver; para desenvolver um corpo esteticamente ou utilitariamente forte; nas atividades lúdicas das crianças, como nas brincadeiras de estrela, pula celta, pular corda, bambolê, amarelinha, suspensões e cadeirinha, desde os tempos mais antigos; nas atividades circenses e nos métodos sistematizados, em cada rastro do percurso histórico humano encontramos fragmentos da presença e desenvolvimento do que hoje chamamos de ginástica (SOUZA, 1997).

Consideramos, para todo efeito, a cultura como fator determinante na formação do indivíduo, e nos colocamos em sintonia com a perspectiva de Leontiev (1978) que nos apresenta a educação, em seu todo, como um processo de transmissão dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico-cultural da humanidade, em que:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente *dadas* aos homens [...], mas são aí apenas *postas*. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles *as suas* aptidões,



“os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança *aprende* a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de *educação* (LEONTIEV, 1978, p. 275).

É com base nessa concepção que o Projeto Escola de Ginástica se desenvolve, não apenas como um meio de transmissão da cultura corporal, especificamente da ginástica, dos acadêmicos para as crianças, mas também da relação inversa, pois “[...] embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 2002, p. 12).

O Projeto de Extensão “Escola de Ginástica”, desenvolvido pelo Departamento de Educação Física da UEM, tem como objetivo promover e possibilitar o aprendizado e iniciação da ginástica às crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de Maringá e região, a partir de atividades práticas e lúdicas que proporcionam, além do aprendizado do conteúdo proposto, a integração e o gosto pela ginástica, assim contribui com o aprendizado, a formação humana e a ampliação do conhecimento cotidiano e científico desta modalidade.

Também é proporcionado e estimulado no projeto, a articulação entre extensão e pesquisa, por meio de investigações de autoria dos integrantes sobre o trabalho técnico e pedagógico desenvolvido com as crianças, que atende ao objetivo de produzir conhecimento científico nesta área de estudo, assim como contribuir na formação acadêmica.

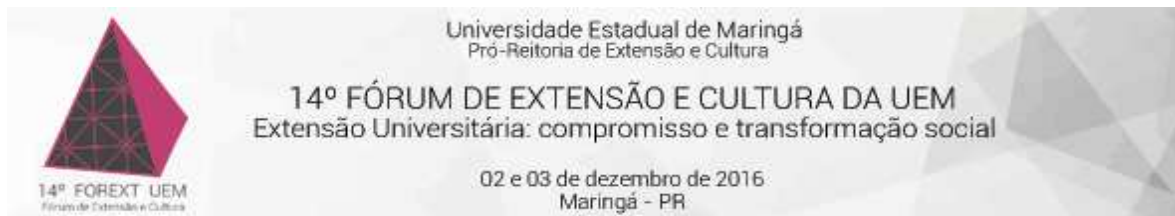
Este trabalho tem como objetivo expor a configuração atual e os resultados alcançados pelo projeto Escola de Ginástica, como ele se desenvolve e quais os propósitos que atende e busca atender. Com isso, deixar aqui registrado não apenas um pouco da história do projeto, mas também eu impacto dentre educandos e educadores inseridos nesse contexto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste em um relato de experiência, realizado a partir da vivência no projeto Escola de Ginástica do Departamento de Educação Física da UEM. Com base nas observações e participação, assim como no planejamento, discussões junto ao grupo e direção das aulas, foi realizado um estudo descritivo que finda apresentar a configuração atual e os desdobramentos do projeto.

As atividades desenvolvidas no projeto durante o período de 2016 se consistiram em: atividades práticas semanalmente desenvolvidas junto às crianças do projeto; no planejamento e pesquisa das atividades a serem desenvolvidas; em reuniões de estudo e discussão junto com o grupo do projeto; na elaboração e organização de nova turma junto com o corpo acadêmico do projeto; na sistematização do planejamento geral semestral dos conteúdos a serem trabalhados, especificamente do âmbito da ginástica artística e trabalhos de força e resistência, bem como participação em seus processos de avaliação.

Com relação ao método de avaliação, são utilizados instrumentos simples, porém bem organizados, como a observação sistemática, a intervenção pedagógica, filmagens e registros de imagens, e também de instrumentos mais complexos desenvolvidos com base nas pesquisas que o projeto ampara, este trata da adaptação e



construção de instrumento de avaliação baseados na Teoria Histórico-Cultural de L. S. Vigotsky capaz de verificar a apropriação do conceito científico e cotidiano (VIGOTSKY, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, o Projeto Escola de Ginástica se encontra vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas, Educação e Cultura Corporal (GEPECC), que atua nas linhas de: Cultura corporal e as manifestações artísticas e expressivas; Formação de professores, ensino e cultura corporal; Produção científica e cultura corporal; Políticas para cultura, educação e a educação física. O grupo possibilita a interação entre acadêmicos e professores, de licenciados a doutores, que se formam mutuamente e compartilham de estudos e pesquisas, como PICs, PIBICs, Monografias, na elaboração de artigos, e também pesquisas a nível de mestrado e doutorado.

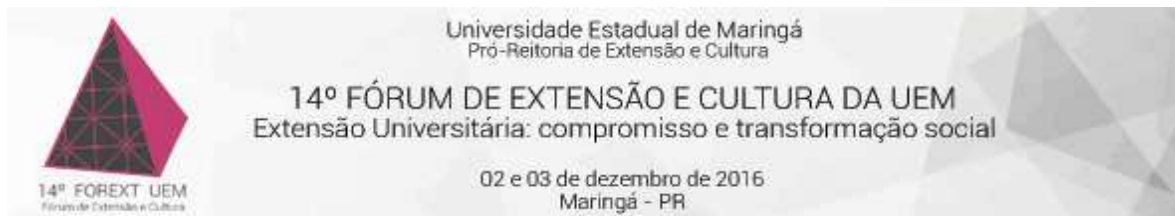
Mais do que promover o ensino da ginástica para as crianças e adolescentes, o projeto busca promover a formação humana de todos nele inseridos. Paralelo às atividades pedagógicas e práticas, são desenvolvidas pesquisas de iniciação científica e aplicadas propostas de ensino que possibilitam o aprimoramento, desenvolvimento e construção de métodos mais efetivos para uma iniciação a ginástica repleta de significados cotidianos e científicos.

As pesquisas indicam que os objetivos do projeto são alcançados e a medida que o projeto se expande, isto é, que aumenta seu número de participantes, sejam acadêmicos ou crianças, que aumenta o seu alcance na comunidade alvo, suas propostas são renovadas. Os diferentes problemas enfrentados por meio de discussões e ações coletivas, tem proporcionado ao projeto grande avanço, tanto na formação das crianças como dos acadêmicos e do projeto como um todo, de maneira a experimentarmos resultados satisfatórios que encorajam e apontam para continuidade e expansão da abrangência do projeto, se assim as condições objetivas de nossa realidade atual nos permitir.

Atualmente, o projeto possui duas turmas com uma média de 20 alunos cada, uma turma constituída de crianças que participam a mais tempo ou que já praticaram a ginástica, portanto mais avançada, e outra turma que foi iniciada no segundo semestre desse ano (2016), portanto iniciantes. As aulas têm duração de 60 minutos e ocorrem duas vezes por semana, a turma iniciante de segunda e quarta das 18h às 19h e a avançada de quarta e sexta das 16h30min às 17h30min.

A organização e definição das aulas aplicadas para os alunos do projeto acontecem em reuniões periódicas com a participação dos acadêmicos, professores e a coordenadora do projeto, na qual se discute a proposta de trabalho e a metodologia aplicada, por meio de coleta de sugestões e referenciais bibliográficos lidos e discutidos pelo grupo. Também são produzidas propostas de movimentos que estejam de acordo com a realidade cultural e habilidades dos participantes combinadas com aparelhos oficiais e alternativos que são produzidos pelos próprios acadêmicos.

As atividades de ginástica são sistematizadas de maneira a articular brincadeiras com o conteúdo programado, o qual dá ênfase a capacidades físicas de coordenação, flexibilidade, força, ritmo; capacidades artísticas; e técnicas dos elementos corporais: saltos, saltitos, equilíbrios, giros e acrobáticos. Os instrumentos utilizados para a avaliação são: observação sistemática, intervenção pedagógica, filmagem e registro de



imagens.

Até o momento foi possível verificar, com base na observação sistemática, nos testes de verificação dos conceitos aplicados em pesquisa, e em análise e avaliação imagética, melhora no desempenho dos alunos no que diz respeito às habilidades gímnicas, a participação e motivação nos trabalhos executados, além de desenvolver a socialização e comunicação entre os mesmos.

Também foi possível constatar que os acadêmicos envolvidos enriqueceram seus conhecimentos relacionados à Ginástica, bem como com as possibilidades metodológicas para o desenvolvimento dos conteúdos gímnicos. As trocas de experiências e conhecimentos entre professores e alunos possibilitaram aproximação entre o conhecimento acadêmico e a realidade dos futuros profissionais.

CONCLUSÃO

Em síntese, as atividades dentro do projeto vêm sendo desenvolvidas conforme o planejado e alcançando bons resultados. Podemos constatar que o projeto rendeu muitos frutos esse ano, com a conclusão de um PIBIC e um PIC apoiados na Escola de Ginástica, e, graças ao intenso trabalho em grupo, foi iniciada mais uma turma no ano de 2016. As crianças participantes têm demonstrado bom aproveitamento dos conteúdos propostos, assim como, o entusiasmo e divertimento cada vez mais forte e presente nas aulas, que proporcionam, além de aprendizado, sensibilidade aos educandos e educadores.

REFERÊNCIAS

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, E. P. M. *Ginástica Geral: uma área do conhecimento da Educação Física*. Tese de doutorado apresentada à FEF/UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Vidal França, Campinas, SP, 1997.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Sessão 23 – Texto 047

Nosso Corpo Sob Olhar Microscópico

Área temática: Educação

Eder P. B. Alves¹, Julia K. da Silva²

¹Prof.^o Depto Ciências morfológicas – DCM/UEM, contato: ederpaulo.uem@gmail.com ²Aluna do curso de Farmácia, bolsista EXTENÇÃO/UEM, contato: juliakill95@gmail.com

Resumo. *Este trabalho tem como propósito a caracterização das práticas extensionistas do projeto “Nosso Corpo Sob Olhar Microscópico” realizadas no ambiente de histologia e embriologia do Museu Dinâmico Interdisciplinar, ressaltando a relação do comprometimento e propagação do conhecimento com a aprendizagem e consequentemente, o sucesso do projeto.*

Palavras-chave: *Desenvolvimento humano – Educação científica – Museu*

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária tem surgido, ao longo da história sob as mais diversas definições, com tentativas diferentes de criar limites para sua prática. Nos conceitos atuais é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. É como uma via de mão dupla em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações¹.

O movimento de extensão funciona através de um trabalho interdisciplinar que estabelece uma troca relativamente diversificada de conhecimentos científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, que tem como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Esse processo favorece a visão integrada do social, além de agregar saberes das comunidades privilegiadas a própria universidade².

A extensão remete a uma coleção ampla de objetivos e entre eles destacam-se: reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade; dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda; estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade; além de possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país².

Nesse âmbito extensionista, o universitário tem papel extremamente importante

como mediador e interlocutor de todo o processo de comunicação, interação, assistência e aprendizagem. É o universitário que garante o sucesso da relação universidade-comunidade, portanto espera-se dele requisitos mínimos com a finalidade de atuar de forma satisfatória, assumindo a extensão como prática própria e com ideias perceptíveis sobre qual concepção orienta sua prática extensionista. “O conceito de mediação indica que nada é isolado” (Cury, 1985:43).

O projeto em questão tem por objetivo a divulgação do conhecimento científico sobre células e tecidos animais produzidos a partir de imagens microscópicas dentro da Universidade Estadual de Maringá, de forma a estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, entre o normal e o patológico, entre a visão macroscópica e microscópica do corpo humano, visando entre outros fins criar uma consciência e respeito corporal, valorizando a manutenção da saúde do público atingido.

2. METODOLOGIA

2.1 Local

As extensões, em sua totalidade, são desenvolvidas no Museu Dinâmico Interdisciplinar (Figura 1) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), especificamente no teatro anatômico (Figuras 2), nas áreas embriológicas e histológicas.



Figura 1. Teatro anatômico do MUDI.



Figura 2. Exposições microscópicas e maquetes do teatro anômico.

2.2. Público alvo

O projeto tem público abrangente, em suma, aberto aos professores e alunos do ensino fundamental, médio e superior e comunidade em geral.

2.3. Aplicação

A prática do projeto se dá por apresentação do espaço de forma oral (monitoria), para um determinado grupo de pessoas, por determinado tempo. Nessas apresentações são explicadas de forma inequívoca e detalhada as peças anatômicas e maquetes, todos os processos de formação dos seres vivos, lâminas e etc. As abordagens incluem o público leigo e com necessidades especiais.

2.4. Cronograma

As extensões tem frequência semanal (salvo no sábado), de acordo com o horário de atendimento do museu e a disponibilidade de horário do acadêmico responsável, totalizando um atendimento de 48 horas mensais. O projeto teve início em 10/02/2005 e possui renovação anual dos integrantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diariamente, o Museu Dinâmico Interdisciplinar recebe uma média de 100 pessoas. Nessa estimativa estão incluídas visitas escolares e esporádicas, de todas as idades e qualquer contexto social.

A grande variedade do público é marcada como uma das maiores dificuldades do projeto, considerando que há necessidade de adequação verbal para todos os



beneficiados pelas atividades, inclusive a utilização de material especial para deficientes visuais. Outro ponto relevante é a estrutura do ambiente, que possui espaço relativamente pequeno para a demanda de visitantes e é escasso em materiais de apresentação.

Independente de não haver um feedback tangível por parte do público envolvido nas atividades extensionistas, recebemos diariamente agradecimentos, questionamentos e novas ideias por parte cada grupo monitorado que servem como parâmetro de avaliação da eficácia do atendimento por parte do monitor e do sucesso do projeto como um todo.

4. CONCLUSÃO

A partir das atividades já desenvolvidas, é possível concluir que as extensões desenvolvidas no Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM são importantes para abrir as portas do conhecimento através dos mais variados meios. Oferecendo às crianças e a população em geral a oportunidade de obter conhecimento científico dentro de um único espaço e de maneira acessível. Garantindo assim os propósitos da extensão universitária, transformando a sociedade através do comprometimento pessoal do extensionista envolvido.

REFERÊNCIAS

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*, ano IV, n. 7, Barbacena, p. 119-133, julho/dezembro.2011. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60/89>>. Acesso em: 31 out. 2016.

O PLANO Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária, FORPROEX, vol.I. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.